

A CONSPIRAÇÃO

Em dezembro, Bolsonaro e Daniel Silveira tramaram com o senador Marcos Do Val grampear o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, para justificar um Golpe de Estado

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 6 de Fevereiro de 2023 Nº 82

Camila Rocha denuncia golpismo da extrema-direita
Nova agenda ambiental rende a Lula apoio da Alemanha
Congresso mostra sintonia com a reconstrução do país
OMS alerta que a pandemia da covid-19 não acabou
Leci Brandão é estrela do novo clipe de rappers

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
 HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,
 Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie
 Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
 Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
 Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
 Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
 Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
 Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
 Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
 Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
 Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
 Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
 Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
 Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
 Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
 Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
 Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
 e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
 das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
 Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
 (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
 Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
 (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
 Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
 Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
 Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
 Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
 Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
 Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
 São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**CONTRIBUA COM A REVISTA
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem
 com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.
 O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa,
 defesa da democracia e também alegria, nas festas populares
 do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda
 forma de expressão que possa estar consolidada na Revista
 são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

REVISTA
 RECONEXÃO
 PERIFERIAS

**PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DOS
 43 ANOS DO PT**

43 anos
 UM PARTIDO FEITO DO POVO

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

12 A 14 DE FEVEREIRO
BRASÍLIA/DF



NESTA EDIÇÃO

A EUROPA DÁ PRIMEIROS SINAIS DE APOIO À AGENDA DE LULA

Depois das denúncias de genocídio dos ianomâmi, o mundo acompanha as com atenção o que acontece no Brasil. E as mudanças anunciadas por Lula são referendadas por líderes como Olaf Scholz, que acena com parceria entre governos

Página 20

EDITORIAL. Grande mídia tenta reescrever, mas o Golpe de 2016 aconteceu

Página 5

MÍDIA. Série mostra como funciona a organização do bolsonarismo nas redes

Página 18

DEMOCRACIA. PT amplia sua força e presença no Congresso Nacional

Página 28

ENTREVISTA. Camila Rocha aborda riscos se o bolsonarismo seguir livre

Página 6

SAÚDE. OMS alerta que a pandemia da Covid-19 ainda não acabou

Página 23

ANIVERSÁRIO. Há 43 anos, nascia em São Paulo o PT, para mudar o Brasil

Página 30

TABAJARA. Senador revela trama em que Bolsonaro tentou de novo um golpe

Página 12

OPINIÃO. Zeca Dirceu: uma nova relação entre o governo e o parlamento

Página 25

HISTÓRIA. O nascimento de Apolônio de Carvalho e a morte de Dorothy Stang

Página 32

MINIONS. Regina Duarte e Wallace de Souza mantêm o bolsonarismo ativo

Página 16

ECONOMIA. Haddad diz que a reforma tributária é prioridade para o governo

Página 26

MÚSICA. Leci Brandão e rappers se juntam para fazer música de protesto

Página 34



EM 2016 FOI GOLPE, SIM

Alberto Cantalice

É grande a desfaçatez de alguns veículos da mídia hegemônica, corresponsáveis pela quebra em série da legalidade democrática pós-reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Fingem não ver que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 nada mais foi do que o corolário golpista iniciado nas “jornadas de junho” de 2013, aprofundado pela farsa da Operação Lava Jato.

O conluio midiático-empresarial teve sua partida quando Aécio Neves não reconheceu a derrota legítima nas eleições de 2014. E contou com a direção de Eduardo Cunha sob os auspícios de Michel Temer e seu grupo político.

A farsa montada, com ares de legalidade democrática se deu ao arrepio da correta interpretação da lei. Tanto é verdade, que o Tribu-

nal de Contas da União apontou a inexistência das chamadas “pedaladas fiscais”, desmontando o enredo fraudulento que deu causa a deposição da presidenta eleita.

O chilique de articulistas apoiadores do referido golpe, logo após o Lula ter se referido ao período Temer como golpe, não passa de “cortina de fumaça”. Alguns buscam esconder suas digitais da empreitada golpista, que ao fim e ao cabo, foi a parteira que trouxe à luz a tragédia chamada Jair Bolsonaro.

O apoio de grande parte do empresariado a essa empreitada, simbolizada no pato amarelo da FIESP, produziu um choque ultraliberal na economia brasileira. Naquele momento, desmontaram conquistas histórica das classes trabalhadoras, legando ao governo eleito em 2022 a tragédia dos 33 milhões de brasileiros passando fome.

A pornográfica situação dos povos indígenas, cujas chocantes imagens correram o mundo em janeiro,

mostrando a situação de grave crise humanitária que o país vive, a primeira na história do pós-guerra. Isso tudo é parte da herança golpista.

Em 2016, ao discursar no Palácio do Planalto, Dilma Rousseff fez um discurso profético ao denunciar o que viria com a queda do seu governo: “O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social”, disse em 31 de agosto, após a aprovação do impeachment pelo Senado.

E declarou: “Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo Golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano”. Ela acertou em cheio. •

“É PRECISO ISOLAR E SUFOCAR A EXTREMA-DIREITA”

A cientista política Camila Rocha alerta que o bolsonarismo não depende do ex-presidente para manter-se em evidência e mobilizado. E os extremistas seguem organizados no Congresso. “A gente tem que fazer com que os extremistas não possam respirar mais porque o absurdo é que a extrema-direita foi normalizada e a gente tem que ‘desnormalizar’ agora”, aponta

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A derrota do senador Rogério Marinho (PL-RN) para o cargo de presidente do Senado foi fundamental para a democracia brasileira, avalia a cientista política e pesquisadora Camila Rocha. O resultado faz com que políticos identificados com o que pode ser chamado de “bolsonarismo raiz” não estejam mais ocupando nenhum cargo de liderança nos poderes da República. É uma mudança que enfraquece muito a estratégia desse grupo político que controlou o debate público nos últimos quatro anos.

Mas, na avaliação da mestra

e doutora em ciência política, apesar do enfraquecimento, a derrota não significa o fim da extrema-direita. Nem mesmo a saída de Jair Bolsonaro da cena política deve representar o fim dessa facção. A pesquisadora do Cebrap, que estuda a direita no Brasil desde 2004, aponta que o movimento não se limita ao ex-presidente e nem mesmo ao clã. Existem outros líderes que podem ser alçados ao lugar dele.

Desta forma, nem mesmo a prisão dos golpistas pode ser capaz de diminuir as ações que atentam contra a democracia. Em alguns casos, as prisões podem até gerar efeito contrário,

aponta. Na perspectiva da pesquisadora, é fundamental que a extrema-direita seja isolada, fique sem espaço no debate público até que, com o tempo, acabe morrendo, sufocada por inanição. Leia, a seguir, trechos da entrevista à **Focus Brasil**:

Focus Brasil – O que ocorreu após os ataques do dia 8 de janeiro, as prisões e tudo o mais, é possível dizer que isso representa uma derrota para a extrema-direita? Porque aquilo parece ser o ápice do movimento e aparentemente deu errado.

Camila Rocha – Por um lado, é possível dizer que, sim, existe



uma derrota importante no sentido de que as pessoas que estavam ali esperavam que o Exército iria ficar ao lado delas até o final e o que se seguiria àquela invasão era uma espécie de mobilização maior em prol de uma intervenção militar. Ou algo do tipo. O que não veio. Para além disso, também acho que muitas pessoas ali não imaginavam que poderiam ser presas, acusadas por crimes. Nesse sentido, acho que sim, eles devem considerar que foi uma derrota importante. Agora, ao mesmo tempo, é importante dizer que para eles, só de haver 10% das pessoas, hoje, que viram aquilo com bons olhos... Mais do que isso, acabou de sair um estudo do Fórum [Brasileiro] de Segurança Pública [mostrando que] 40% dos agentes de segurança pública falaram que entendiam os motivos da revolta.

Acho que isso sinaliza uma preocupação. Várias daquelas pessoas, hoje, provavelmente se veem como uma espécie de mártires do movimento. Se, por um lado, vai ter um grupo que vai se sentir desencorajado a continuar agindo de forma violenta e criminoso, outro grupo talvez se sinta encorajado, a despeito do que aconteceu, de continuar atuando em prol de algum tipo de intervenção militar ou ataque violento à democracia. É importante lembrar que, no Congresso, existem muitos deputados e senadores que não só são favoráveis ao que aconteceu, mas atuaram diretamente. Por exemplo, um dos assessores da Damara Alves, que hoje é senadora, foi justamente o homem que fez aquela tentativa de ataque à bomba no Aeroporto de Brasília. Quer dizer, isso está no Congresso, né?

Vamos dizer, a representação desses interesses e até as próprias pessoas estão literalmente no Congresso. Isso é muito grave. E, em certo sentido, vai acabar dando continuidade a todo esse ataque às instituições democráticas.

– Silvio Almeida afirmou que “Bolsonaro sequestrou o presente e o futuro”. A gente só fala dele. A eleição para a Presidência do Senado foi uma última tentativa do bolsonarismo para conseguir manter algum controle do debate público. O fato de eles terem perdido é importante?

– Com certeza. O fato de o senador [Rogério] Marinho ter perdido foi um avanço muito importante das forças democráticas, das forças progressistas do país, mesmo a despeito do [Rodrigo] Pacheco não ser...

– Nenhum baluarte do progressismo...

– Exatamente. Mas tem esse sentido de criar um cordão sanitário para o bolsonarismo, certamente. Agora, isso por si só, não quer dizer que essas pessoas não vão continuar a fazer política lá dentro, ou a se expressarem. Durante todo o governo Bolsonaro, e mesmo agora, a gente tem acompanhado a dificuldade que os parlamentares têm em responsabilizar outros colegas por falas antidemocráticas ou por atitudes antidemocráticas. Dificilmente alguma coisa dessas vai para comissões de ética, é responsabilizada e punida. Muito raramente alguém perde mandato por conta disso. Se a gente for pensar, por exemplo, o caso do Daniel Silveira é um caso excepcional. O Alexandre de Moraes se envolveu pessoalmente na história toda e ainda assim foi muito disputado, né? Então, foi um avanço importante, mas não quer dizer que a gente não pode esperar um caminho acidentado nos próximos anos.

– Quais são os principais meios de organização desses grupos de extrema-direita? É a internet ou tem uma organização presencial e em outros fóruns?

– Bom, eu não acompanho. Mas sempre estou conversando com pessoas que fazem esse acompanhamento. Então, o que eu vou falar está baseado nas investigações dessas pessoas. Um colega fez uma etnografia dos acampamentos muito interessante. Chama-se Jonas Medeiros. Também tem outra pesquisadora, Lilian Sendretti, do Cebrap, que está fazendo acompanhamento. As atividades digitais são imprescindíveis para a organização desses grupos. Tanto via WhatsApp mesmo, mas outras plataformas,

como Telegram e outras menos conhecidas.

Nos últimos anos, vários cientistas de dados vieram acompanhando grupos bolsonaristas e uma coisa que sempre chamou a atenção é que existiam pessoas muito mais ativas nesses grupos. Existe uma espécie de maioria que fica ali mais passivamente. E outros bem ativos. Há até uma certa desconfiança – “bom, talvez essas pessoas

HÁ UMA DIFICULDADE QUE OS PARLAMENTARES TÊM EM RESPONSABILIZAR OUTROS COLEGAS POR FALAS GOLPISTAS

sejam assessores, políticos, que recebem algum tipo de remuneração para estar ali, ativando, estimulando grupos, mandando mensagens”. Existe isso. Há uma profissionalização, não só do ponto de vista político e técnico, mas do ponto de vista tático-militar. Gente que é militar, policial militar e tem ‘know-how’ de como fazer aquilo. Eles contam com as duas coisas.

E, na questão presencial, é muito importante salientar que muitas pessoas formaram víncu-

los muito fortes nos acampamentos. Gente que nunca tinha ido, por exemplo, para um protesto bolsonarista foi pela primeira vez num acampamento golpista e acabou ficando ali. Esses laços foram se fortalecendo. Outros jornalistas e pesquisadores salientam, várias das pessoas são idosas, que vivem sozinhas, que se sentiam ali valorizadas e socialmente incluídas nos acampamentos e ações. Muitas eram brigadas com as famílias e acabaram encontrando ali um suporte afetivo e social. Isso é muito importante. Pensando, inclusive, que muitas já foram presas ou vão ser presas. Foram acusadas. Esse tipo de solidariedade emocional tende a se fortalecer ainda mais porque vão passar por um período, não sabemos quantos anos vão ser, mas vão por passar um momento difícil na vida e a tendência é que isso se fortaleça.

Então, tem as duas coisas. O reforço de laços dos dois lados. E, no digital, se usa pseudônimo. Tudo isso contribui para esse sentimento muito forte de grupo. É óbvio que o financiamento dessas atividades é importante para a continuidade desses atos. Agora, só isso não explica. Porque num certo sentido essas pessoas são de fato ativistas ou vários deles terroristas mesmo, literalmente, e que fazem isso porque acreditam na causa. Isso é muito forte. E esse vínculo emocional, essa crença, que para vários é quase religiosa, é importante para explicar porque uma pessoa também vai ficar um mês acampada e cometer crimes.

– A gente fala do poder das redes sociais, mas a reunião presencial fez com que elas se radicalizassem ainda mais...

– Sim. Uma coisa impressionante: a Lilian Sendretti, pesquisa-

dora do Cebrap, mapeou todos os eventos de protesto do bolsonarismo desde 2018 até hoje. É impressionante. Logo depois das eleições, o número de bloqueios de estradas chegou a mais de 1.400 registros. Imagina essas pessoas que fazem bloqueios... E um dos caminhoneiros, Zé Trovão, foi eleito deputado federal. É bom lembrar disso. Era um completo desconhecido. Agora, ficou conhecido por ter participado de uma ação dessas, de bloqueio de estradas, de tentativa de golpe. Isso foi em 2020, se não me engano, quando ele participou. Então, não só essas pessoas têm essa dinâmica emocional de reforço de crenças e tudo mais, mas dessa dinâmica saem novas lideranças. Isso é impressionante. O cara foi eleito deputado federal. É inacreditável.

– Então, o bolsonarismo não se limita a Bolsonaro...

– Exatamente. Novas lideranças vão sempre “pipocando”. E esses espaços de sociabilidade que acabam surgindo nesses atos golpistas, acampamentos, bloqueios e tudo o mais, fornecem novos quadros e novas lideranças.

– Bolsonaro foi uma figura fundamental para a radicalização ou nem isso, só acabou se aproveitando do efeito manada e conseguiu arrebanhar esse pessoal?

– Ele tem total responsabilidade pelo que aconteceu no sentido de que, basicamente, desde que se tornou candidato à Presidência, vem se utilizando desse recurso de mobilização. O bolsonarismo é um movimento político baseado em mobilização popular. Acho que isso é importante também deixar claro. Quer dizer, não é e nunca foi só uma coisa apenas midiática ou só nas

redes. Não. Sempre teve uma mobilização forte de rua, protestos e tudo mais, a coisa do Sete de Setembro...

Ele sempre estimulou muito isso, e claro, ao mesmo tempo estava percebendo o que estava acontecendo em outros países do mundo. Então, para não ser, vamos dizer assim, explicitamente passível de ser condenado, sempre modulava o discurso de um jeito que dava a entender

BOLSONARO TEM RESPONSABILIDADE TOTAL PELO QUE ACONTECEU EM 8 DE JANEIRO. ELE VEM MOBILIZANDO A BASE RADICAL DELE HÁ MUITO TEMPO

para as pessoas “não, olha, o que eu estou querendo mesmo é dar um golpe, vocês sabem”, mas sem falar isso, sem precisar falar isso.

Então, tinha toda essa coisa e as pessoas ficavam, a todo momento, tentando decodificar as falas do Bolsonaro. É muito interessante que, durante os acampamentos, em nenhum lugar você via o nome do Bolsonaro em faixas. As pessoas não falavam o nome dele. Conscientemente, elas não associavam o

nome do Bolsonaro àquilo que estavam fazendo porque sabiam que Bolsonaro poderia ser preso. Sabiam que o Bolsonaro poderia ser responsabilizado e condenado. Então, já de antemão, faziam essa dissociação. Mas, claro, Bolsonaro sempre permaneceu como figura importante. Agora, uma coisa interessante, a despeito da influência do Bolsonaro, hoje, no Brasil, existe uma extrema-direita que é, em certo sentido, relativamente, autônoma.

Supondo que aconteça qualquer coisa com Bolsonaro que o tire da cena política, isso vai continuar. Porque tem outras lideranças e as crenças das pessoas são muito fortes, muito arraigadas. É impressionante.

– Não fica nem restrito ao clã Bolsonaro. Quer dizer, não é que um Bolsonaro vai herdar a liderança disso tudo...

– Exatamente. Mesmo se os filhos não forem, tem aí nem sei quantos... Inclusive, líderes jovens. Veja o Nikolas [Ferreira], por exemplo. Super jovem, foi eleito com uma votação impressionante.

– Nesse período ouvimos dois tipos de posicionamento: “Vamos defender a democracia” e “Vamos combater a extrema-direita”. O termo “combater” a extrema-direita é o ideal para o que é preciso fazer, para recuperar as pessoas para a realidade e fazer com que elas saiam dessas pautas com uma raiz na mentira?

– Prefiro sempre pensar em isolar a extrema-direita. “Combate”, eu acho que traz justamente essa noção de guerra que eles gostam e usam, essa guerra contra a esquerda, contra o mal... Então, se você fala que vai combater, reforça num certo sentido essa lógica

de guerra. Eu acho que a ideia é que a gente isole a extrema-direita. Ao longo dos anos, à medida que for sendo isolada, ela vai diminuindo porque não tem espaço político, nem na mídia. Ela tem que ficar sem ar. Este é o lance. A gente tem que fazer com que isso não possa respirar mais porque o absurdo é que a extrema-direita foi normalizada e a gente tem que “desnormalizar” isso agora.

E daí a nossa grande dificuldade. Para isso, a gente vai precisar de uma união grande de políticos, o que é muito difícil de fazer no Brasil por conta desse clientelismo bizarro, um pragmatismo político de super curto prazo que os políticos têm. Vai ter que ser um esforço muito grande da gente, não só dos políticos, mas também como sociedade, para impedir, simplesmente, a circulação de certos discursos. Não vai ser só com prisões e com, literalmente, censura que a gente vai impedir. Há outras formas de responsabilizar as pessoas. Por exemplo, a própria ideia de multar ou fazer com que se retratem publicamente, dar direito de resposta. Então, quer dizer, eu acho que a gente já tem algumas formas de lidar com isso e vamos ter que criar novas ainda, e, com o tempo, ir abafando esse fenômeno.

– **O antropólogo americano Benjamin Teitelbaum, autor de “Guerra pela Eternidade”, também estuda a extrema-direita e entrevistou Steve Bannon, Olavo de Carvalho e Alexander Dugin. Todos foram líderes de seitas. Esses grupos podem ser comparados com seitas?**

– Sim. Vários grupelhos ali de fato devem funcionar como seitas. Isso é muito comum em qualquer tipo de movimento político extremista, seja direita ou esquerda. As pessoas aca-

bam caindo nesse funcionamento. Para cometer crimes, para fazer coisas arriscadas, eventualmente, vergonhosas, você estaria disposto, eventualmente, até a ser expulso de casa pela sua família e romper laços. Você tem que estar imbuído de uma crença muito grande em alguma coisa. E é justamente isso que você está falando da seita faz muito sentido. Quer dizer, a pessoa está tão imbuída... É importante

PAÍS TEM UM DESAFIO, NÃO SÓ OS POLÍTICOS, MAS A SOCIEDADE: IMPEDIR, SIMPLESMENTE, A CIRCULAÇÃO DE CERTOS DISCURSOS

dizer que 10% da população é muita gente. Agora, não podemos achar que esses 10% funcionam como uma seita.

– **O discurso de seita é muito forte e é a base dessa direita alternativa...**

– Sim. Com certeza. Mas precisaria fazer uma pesquisa muito aprofundada para saber quantos de fato são seitas nesse sentido *stricto sensu*, e quantos desses 10% têm algum nível de crítica maior. Eu mesma passei os últimos anos entrevistando muitos

eleitores do Bolsonaro, inclusive radicais e eventualmente mesmo entre os radicais tinha um nível de crítica. Não era uma coisa assim tão chapada. É isso que a gente precisa ter uma noção melhor.

– **A chamada “grande mídia” acabou fazendo a normalização, por um sentimento de antipetismo, quando tentaram igualar Lula e o Bolsonaro. Se a gente olhar o passado, para o papel da imprensa, vale lembrar das coisas que a Globo fez e veio pedir desculpas 50 anos depois. A grande imprensa também não tem responsabilidade no processo de negação da política?**

– Certamente. Pensando no que você falou primeiro, isso é uma coisa que ainda é frequente, mesmo entre pesquisadores, falar: “ah, existe uma polarização no país”. Não. Não existe uma polarização no país. O Lula ou o PT é não é comparável a Bolsonaro e ao bolsonarismo. Não existe uma polarização. A gente pode dizer que tem uma divisão política no país. Tudo bem, de fato. Agora, polarização, não. Porque é isso que você falou. Não tem como, não faz sentido. Não são forças iguais, nunca foram e nunca vão ser. Mas a imprensa tem um papel nisso que aconteceu ao participar, inclusive se a gente for pensar a memória da gente acaba remetendo muito para a época da Lava Jato, mas se for pensar antes ainda, quando comecei a pesquisar a direita, vi como já estava lá atrás, na metade de 2005 e como coincidiu com a época do escândalo do mensalão.

Tem gente, inclusive, que fez estudos sobre isso, de como que a mídia reportava os escândalos do PT em comparação, por exemplo, com os do PSDB ou de outros partidos. São diferenças importantes. E isso começou

quando eclodiu o escândalo do mensalão e depois se repetiu também durante o julgamento do mensalão, em 2012. Depois, com a Lava Jato, piorou ainda mais. E eu acho que tem dados da própria Perseu Abramo, se não me engano foi Gustavo Ventura, inclusive, que fez um texto sobre isso, era incrível, como as pessoas iam ficando desiludidas com a política e isso só foi aumentando. Você abria o jornal e tudo o que tinha sobre política era escândalo de corrupção. A pauta da corrupção, o próprio André Singer também mostra isso, passou a ser, em um determinado momento, em 2014-15, a principal preocupação dos brasileiros. Imagina? A gente tem fome, tem tantos problemas...

Hoje, diminuiu, mas ainda assim é forte o suficiente para mobilizar esse discurso antipetista, raivoso, mobilizar uma série de paixões e, com certeza, a mídia contribuiu para isso.

– A radicalização foi crescendo pelo advento das redes sociais ou se foi outra coisa?

– Olha, na verdade foi uma conjunção de fatores. Tem, com certeza, a popularização das redes sociais. Isso é um fator fundamental. Mas, desde 2005, esses grupos de extrema-direita estão circulando, agindo nas redes sociais e fora delas. Então, antes do Facebook era o Orkut e depois mudou para o Facebook. Tinha outros fóruns também. O próprio “four chan”, gente que fala inglês frequentava esses fóruns estrangeiros, norte-americanos. Então, isso já estava ali. Todo esse discurso já estava ali. Se você for ver em 2004, está tudo ali. Tudo o que o Bolsonaro fala. Olavo de Carvalho já dominava bastante esses canais. Agora, o que aconteceu foi que teve a populariza-

ção das redes sociais na mesma época que teve o julgamento do mensalão, na mesma época da Lava Jato, na mesma época em que a Dilma Rousseff ganhou a eleição.

Então, quer dizer, foi uma conjunção mesmo. A extrema-direita já vinha se espalhando digitalmente e aí popularizou as redes sociais. E isso virou uma coisa muito maior do que era lá. E acendeu essas paixões, todo

DOIS TERÇOS DAQUELES QUE GANHAM MAIS DE R\$ 13 MIL VOTARAM EM BOLSONARO EM 2022. E TAMBÉM OS EVANGÉLICOS POBRES

esse discurso raivoso contra o PT. Juntou tudo e fez um caldo venenoso.

– A esquerda precisa correr para ocupar mais espaço nos meios digitais ou precisa se comunicar mais com a sociedade para tentar equilibrar a disputa narrativa?

– Sem dúvida. A esquerda precisa ter o que a gente pode chamar de capital digital, que a direita já tem e reuniu há muito tempo. Hoje, por exemplo, Bolsonaro continua como político mais influente nas redes sociais

no Brasil. Tem isso, mas também tem a influência, vamos dizer assim, no cotidiano das pessoas. Por que se a gente for pensar, todo o trabalho que era feito pelo catolicismo de base nas periferias, foi substituído paulatinamente pelas igrejas evangélicas. Boa parte das igrejas evangélicas, hoje, acabou encampando o discurso bolsonarista porque coincidia com várias coisas que já usavam. Isso me preocupa muito porque é óbvio que a gente sabe que a maioria das pessoas que ganham acima de dez salários mínimos no Brasil vota no Bolsonaro – dois terços destes votaram agora em 2022. Mas isso não faz alguém ganhar eleições. No Brasil, a maioria da população é pobre. Então, quer dizer, quem são essas pessoas pobres, os trabalhadores que votam no Bolsonaro?

Boa parte da explicação está na frequência das pessoas aos templos evangélicos. Está no fato de que hoje a militância de base de esquerda meio que virou uma coisa muito rara de se encontrar, do que era lá nos anos 80 e mesmo nos anos 90. Então, certamente, é preciso fazer os dois movimentos. Hoje as mobilizações de esquerda, em comparação com as da direita, digo, as mobilizações de rua, são feitas muito mais por movimentos e organizações já há muito estabelecidos. E quando a gente olha, vê pouca gente, podemos chamar de pessoas comuns, que não é filiada a partido ou não é filiada a nenhum movimento social. E, na direita, você vê. Na direita, a pessoa vai lá porque acredita naquilo, ela entrou em um grupo de WhatsApp, curtiu e foi lá. Então, essa capacidade de mobilizar pessoas comuns, a esquerda acabou perdendo mesmo e a direita avançou. •



HISTÓRIA MAL CONTADA

Senador Marcos Do Val revela trama em que foi convidado em dezembro pelo deputado Daniel Silveira e o presidente Jair Bolsonaro para gravar clandestinamente Alexandre de Moraes. A ideia era justificar um Golpe de Estado. O caso tem versões contraditórias, envolve o GSI e coloca Bolsonaro fora da lei: ou prevaricou ou tramou contra a República. Os dois crimes dão cadeia



MAIS UM GOLPE Segundo Marcos do Val (ao lado de Bolsonaro), Daniel Silveira o procurou e o levou a encontro com o presidente. Os três discutiram a possibilidade de gravar Alexandre de Moraes, em que este admitiria excessos. O grampo seria "processado" pelo GSI e permitiria ao mandatário afastar o presidente do TSE e impedir a posse de Lula

Depois do 8 de janeiro, quando golpistas tomaram a Praça dos Três Poderes e promoveram um quebra-quebra nas sedes das instituições do Brasil, veio a público a minuta de um decreto presidencial que permitiria a Jair Bolsonaro afastar ministros do Tribunal Superior Eleitoral e promover um golpe de Estado para se manter no poder.

Tais fatos chocaram o país e deixaram o bolsonarismo encolhido e Bolsonaro foragido nos Estados Unidos. Mas o que parecia ser suficientemente grave, ganhou ares de uma ópera-bufo. Na madrugada da última quinta-feira, 2, um novo capítulo da novela sobre a iminência de um golpe para impedir Luiz Inácio Lula da Silva de assumir o novo governo em 1º de janeiro, foi revelado. Dessa vez, por um bolsonarista de quatro costados.

Numa live feita na madrugada, o senador Marcus Do Val (Podemos-ES) revelou em suas redes sociais que tinha em mãos uma bomba: teria sido coagido por Bolsonaro, em 9 de dezembro, a participar de um complô para anular o resultado das eleições de outubro e impedir a posse de Lula.

Do Val anunciou na madrugada de quinta, 2, que tinha revelado tudo à revista *Veja*, mostrando como Bolsonaro tentou "dar um golpe de Estado".

A ideia da quebra da institucionalidade foi discutida diretamente com o ex-presidente. Ocorreu ainda em dezembro, quando ele e Daniel Silveira se encontraram com Bolsonaro na Granja do Torto, três dias antes da diplomação de

Lula pelo TSE. Integrante da base bolsonarista no Congresso durante quatro anos, o senador revelou que teria sido incumbido de uma "missão" para "salvar o Brasil". Ele grampearia Alexandre de Moraes, enquanto tentava fazer com que o juiz admitisse ter ultrapassado a lei e cometido abuso de poder.

A conversa entre Bolsonaro, o senador e o então deputado federal foi precedida de ininterruptas trocas de mensagens via WhatsApp entre Daniel Silveira e o próprio Do Val antes e depois do encontro, ainda em dezembro. Em uma das mensagens, Silveira teria sugerido ter equipamentos disponíveis para gravar Moraes, com o auxílio luxuoso de arapongas do governo Bolsonaro.

"Como tivemos pouco tempo, não passei o que entendo como diretriz para que você adapte da sua maneira", escreveu Daniel Silveira. "Contudo, já tenho escutas usadas pelas operações especiais. Tenho veículo receptor que pode imediatamente reproduzir além da gravação e essa operação ficar restrita a um círculo de cinco pessoas. Três estavam sentados hoje conversando juntos. Se aceitar a missão, parafraseando o 01, salvamos o Brasil", diz o Silveira, na qual o "01" seria o Bolsonaro. A

COMPLÔ BOLSONARISTA TEM TODOS OS ELEMENTOS DE UMA NOVELA DE ÓPERA-BUFA, COM MENTIRAS EM SÉRIE E REVIRAVOLTAS NAS VERSÕES



Secom/STF

ALVO Alexandre de Moraes seria a vítima do 'plano infalível' que Bolsonaro tramou. O magistrado o classifica como "Operação Tabajara"

mensagem foi publicada por *Veja* e, segundo a revista, entregue por Do Val.

Mas, em outro trecho da entrevista à publicação da editora Abril, o senador envolve diretamente Bolsonaro na trama, acusando-o de ter sugerido que realizasse o grampo em Moraes e que isso culminaria na prisão do ministro da Suprema Corte e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda na sexta, *Veja* divulgou o áudio do que disse Do Val à revista em resposta ao desmentido do senador, após vir a público a reportagem sobre a trama. Do Val disse à imprensa após a publicação da reportagem que a trama havia sido ideia de Daniel Silveira e que o ex-presidente não teria dado nenhuma palavra durante a reunião.

A revista revelou, contudo, que ele disse que teria ouvido a proposta diretamente de Bolsonaro, quando *Veja* o questionou se o então presidente teria sugerido que gravasse a conversa com Moraes. "Disse, sim. Que o GSI ia me dar o equipamento para poder montar para gravar. Aí eu falei assim, quando eu falei que 'mas não vai ser aceito'. 'Não, o GSI já tá avisado.' Quer dizer, já tinha validado a fala comigo".

Segundo o senador bolsonarista, o presidente foi explícito: "Eles vão te equipar, botar o equipamento de escuta, de gravação e a sua missão é marcar com o Alexandre e conduzir o assunto até a hora que ele falar que ele, que ele avançou, extrapolou a Constituição, alguma coisa nesse sentido", contou o parlamentar à *Veja*. E continua: "Aí ele [Bolsonaro] falou 'ó, eu derrubo, eu anulo a eleição, o Lula não toma posse, eu con-

**DO VAL OUVIU DE
BOLSONARO: "EU
ANULO A ELEIÇÃO,
O LULA NÃO TOMA
POSSE, EU CONTINUO
NA PRESIDÊNCIA
E PRENDO O
ALEXANDRE DE
MORAES"**

tinuo na Presidência e prendo o Alexandre de Moraes".

Na quinta, 2, Moraes ordenou que a Polícia Federal tomasse o depoimento do parlamentar. E aí o senador veio com uma nova narrativa. Ao ser ouvido como testemunha pela PF, Do Val apresentou "uma quarta versão dos fatos por ele divulgados, todas entre si antagônicas, de modo que se verifica a pertinência e necessidade de diligências para o seu completo esclarecimento".

O congressista mudou as versões em menos de 48 horas, mas embora tenha tentado alterar qual teria sido a participação de Bolsonaro no complô, suas revelações colocam o ex-presidente diante de dois crimes: participação direta em uma tentativa de golpe de Estado, crime previsto no Código Penal, ou prevaricação. Nos dois casos, as penas podem levar Bolsonaro para a prisão.

Na sexta, 3, Do Val anunciou que iria pedir o afastamento de Alexandre de Moraes do caso por suspeição. O ministro não poderia investigá-lo, já que agora também teria interesse pessoal no caso por ter sido envolvido. Mas isso só piorou a situação de Do Val.

No mesmo dia, o ministro determinou a abertura de um procedimento para apurar suspeita da prática dos crimes de falso testemunho, denúncia caluniosa e coação no curso do processo pelo senador. Do Val disse que informara o próprio Moraes sobre o que foi discutido na reunião com Bolsonaro e Silveira e que se recusou a participar da suposta conspiração. As versões não ajudam a esclarecer o caso.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, disse estar ciente da reunião, que descreveu como uma tentativa de Silveira de persuadir os outros dois homens a fazer algo "absolutamente inaceitável, absurdo e ilegal". Mas discutir tal ideia não

constitui crime, justificou. Mas é crime. Se Silveira convidou ambos a violarem a Constituição para envolver um ministro da Suprema Corte num arдил com o intuito de facilitar um golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder, e ninguém fez nada para impedi-lo, ambos cometeram crime de prevaricação.

Na manhã de quinta-feira, Daniel Silveira foi preso por ordem direta de Moraes. Mas porque o ex-deputado teria violado os termos de sua libertação da prisão. Silveira já havia sido condenado por atos antidemocráticos após fazer ameaças contra Moraes e outros ministros do STF, mas foi salvo por um indulto assinado por Bolsonaro. Ele foi proibido de acessar as redes sociais e obrigado a usar uma tornozeleira eletrônica. Nada parece tê-lo dissuadido a continuar transgredindo as leis.

Na sexta, Bolsonaro protagonizou novo encontro com seus apoiadores radicais. Mas, na Florida. Ele estava num evento no hotel de Donald Trump em Miami, diante de uma multidão de minions. Assim como Trump, jamais deixa de posar de vítima. A aparição marcou parte do ressurgimento depois de semanas escondido em um subúrbio em Orlando, na tentativa de se manter longe do noticiário. No discurso, Bolsonaro fez a defesa de seus quatro anos no poder. E, claro, mentiu.

Durante uma sessão de perguntas e respostas com Charlie Kirk, chefe do conservador Turning Point USA, apoiador de Trump, ele desfiou as realizações de seu governo e abriu espaço para os apoiadores gritarem que era vítima de uma fraude eleitoral. "O Brasil estava indo muito bem", disse. "Não consigo entender as razões pelas quais (a eleição) decidiu ir para a esquerda".

O ex-presidente não deu ne-

nhuma declaração sobre seu envolvimento no 8 de janeiro ou quanto à minuta encontrada na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres que permitiria a decretação de um Estado de Exceção e sua permanência no poder. Tampouco abordou as revelações de Do Val que o colocam mais perto de ir para a prisão por conspirar contra a democracia.

O PT no Senado quer investigar o senador bolsonarista e avalia a abertura de um processo na comissão de ética. Até porque outro ponto nebuloso nas várias versões do que disse Do Val é sobre o envolvimento de pelo menos dois generais e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sob Bolsonaro no enredo da trama.

A eventual participação do GSI precisa ser investigada. É o que defende o senador Rogério Carvalho (PT-SE). "Se o senador Marcos Do Val comprovar a denúncia de escuta partindo do GSI, isso é muito grave. Porque agrava a situação do ex-presidente Bolsonaro e consolida o fato que os atos terroristas de 8 de janeiro foram uma tentativa de golpe. Valida a minuta encontrada e demais provas das investigações", disse Carvalho. O senador Humberto Costa (PT-PE) se disse perplexo.

Do Val quer a abertura de uma CPI para investigar os atos de vandalismo e que revelaria mais detalhes da trama golpista da qual participou. "Não posso tornar público porque é sigiloso, por isso estou cobrando [o presidente do Senado, Rodrigo] Pacheco para a abertura da CPI, aí eu posso divulgar", justificou. "Claro que já tenho todos os nomes, mas só na CPI posso apresentar". Como se vê, o escândalo ainda está longe de chegar ao fim. Novos capítulos devem se desdobrar ao longo desta semana. •

A 'OPERAÇÃO TABAJARA' DO BOLSONARISMO

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes rebateu parte do depoimento de Marcos do Val à Polícia Federal. Ele definiu o episódio como 'ridículo', uma tentativa de 'operação Tabajara', e destacou que o parlamentar se recusou a prestar depoimento.

Na versão apresentada ontem à PF, Do Val disse que teria se encontrado duas vezes com Alexandre de Moraes para tratar do suposto plano golpista, uma antes do encontro com Bolsonaro, outra depois. O senador declarou que não teria recebido nenhum pedido para formalizar a denúncia.

Moraes disse que esteve com Do Val em dezembro. E destacou que cobrou do senador que prestasse depoimento sobre o caso, mas ele teria se negado a colocar suas acusações 'no papel'. "O senador disse que era isso uma questão de inteligência e que, infelizmente, não poderia confirmar", relata o ministro. "Eu levantei, (me) despedi do senador, agradei a presença. Até porque o que não é oficial, para mim, não existe".

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, disse que, se o plano denunciado pelo senador for confirmado, 'terá consequências muito sérias'. O relato é 'muito grave' e deve ser investigado. "A gente estava sendo governado por gente do porão", comentou o ministro Gilmar Mendes. •



EXTREMISTAS A ex-secretária Regina Casé se mantém seguidora fiel do ex-presidente, sem esconder que atua...

MINIONS: VIOLÊNCIA E DESUMANIDADE

Bolsonarismo segue nas redes exalando ódio e rancor. Regina Duarte e Wallace de Souza continuam alinhados ao extremista, que mantém máquina de propaganda funcionando a pleno vapor

No último final de semana, a ex-secretária de Cultura Regina Duarte, famosa por seu bolsonarismo tosco e sem noção, fez uma postagem sobre a tragédia humanitária dos ianomâmi. Sem qualquer resquício de humanidade, ela ironizou as denúncias de casos graves de desnutrição das crianças. O post da atriz, ruralista e criadora de gado no Instagram, provocou várias ondas de comentários negativos.

Na segunda-feira, 30, foi a vez de Wallace de Souza, também apoiador de Bolsonaro, virar alvo de críticas. O jogador de vôlei do Sada Cruzeiro fez uma série de posts em um clube de tiro de Belo Horizonte nos

stories do Instagram. Em um, segura uma arma na mão e, em outro, promove uma enquete: "Alguém daria um tiro de 12 na cara do Lula". O jogador apagou a postagem, mas o print que circulou deixava clara a intenção agressiva do jogador.

"Desumana, cruel, insensível" foram alguns dos adjetivos, entre os mais leves, usados nos comentários ao post de Regina, muitos escritos por ex-colegas de trabalho. A poeta e atriz Elisa Lucinda comentou: "Sua postagem é cruel. Onde será que foi morar a Regina amorosa que conhecíamos? Que postagem é essa?!" Já Paulo Betti lamentou: "Regina, sua atitude é inexplicável! Você é mãe, avó! Respeite a inteligência de quem lê suas

postagens e te segue! Respeite o povo ianomâmi".

Como de costume em seus perfis em rede social, a atriz não respondeu aos comentários mas, nem mesmo diante da repercussão negativa, apagou o texto. Ela parou de tratar do assunto. Passou a fazer campanha para o candidato Rogério Marinho, o bolsonarista derrotado à Presidência do Senado. E segue atacando o governo Lula nas agendas mais regressivas. Em uma das publicações, classifica como "retrocesso" a revogação do decreto de Bolsonaro, que criava salas específicas para alunos especiais.

Os posts de Wallace provocaram reação quase que imediata da ministra do Esporte, Ana Moser: "Antes de atleta, o jogador



...como linha auxiliar do genocida e seu discurso anti-indígena. Enquanto isso, Wallace prega a eliminação de Lula

Wallace é um cidadão brasileiro e deve responder às nossas leis e instituições". A Advocacia Geral da União anunciou abertura de processo contra o jogador por incitação ao crime. Wallace sentiu e gravou vídeo em que disse ter errado: "Quem me conhece sabe muito bem que eu jamais incitaria a violência em hipótese alguma, contra qualquer pessoa e principalmente o nosso presidente".

Tarde demais. Já foram enviadas ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Vôlei, à Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), à Federação Mineira de Voleibol e à presidência do clube Sada Cruzeiro uma notícia de infração desportiva pelo grupo Prerrogativas. Os advogados apontam que Wallace teria estimulado "o assassinato do senhor presidente da República" e que tal manifestação extrapola a liberdade de expressão. Por enquanto, apenas o clube Sada Cruzeiro tomou medidas disciplinares, suspendendo por tempo indeterminado o jogador. •

E O CLUBE MILITAR APOIA O GOLPISMO

O país está maduro e as Forças Armadas sabem do seu papel. Cabe ao Congresso, detentor de todos os poderes outorgados pelo voto - e às demais lideranças políticas - encontrarem uma saída constitucional para esse impasse, antes que a tentativa de mudar o significado das palavras de ordem ouvidas na voz das ruas desague na democrática violência das massas injustiçadas".

Assim termina um dos muitos artigos publicados na última edição da Revista do Clube Militar, que defendem e elogiam os movimentos bolsonaristas que não aceitaram o resultado das eleições de 2022. A denúncia é do repórter Bruno Fonseca, da [Agência Pública](#).

Com o título de "A voz surda das ruas", o texto do general Marco Aurélio Costa Vieira, presidente do conselho editorial do Instituto General Villas Bôas, chega ao ponto de defender que "o grito dos insatisfeitos com os aconteci-

mentos hoje no Brasil, no sentido de uma quebra institucional, pode até parecer ilegal, mas é justo e justificado". Na visão do militar aposentado, frente ao Congresso, Judiciário e imprensa, os cidadãos "não têm a quem apelar".

Na reserva do Exército há mais de 11 anos, Vieira recebe um salário bruto mensal de mais de R\$ 35 mil. Além disso, ganhou um cargo no início do governo Bolsonaro: foi secretário de Esporte durante quase quatro meses. Na época, era subordinado ao então ministro Osmar Terra (Cidadania).

O Instituto General Villas Bôas, é uma associação fundada em 2020 pelo próprio Villas Bôas e outros militares. E funciona como um difusor de ideias e projetos militares conservadores. Passaram pelo instituto para participar de eventos figuras bolsonaristas como os ex-ministros Ricardo Salles e Damara Alves, a deputada federal Carla Zambelli e o jornalista Alexandre Garcia. •



EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA Em 8 de janeiro, radicais tomaram a Praça dos Três Poderes e quebraram tudo

TRUE CRIME DO BOLSONARISMO

Série no Globoplay, “Extremistas.BR” mergulha fundo nos radicais de direita, mostrando a organização e como estão ameaçando os fundamentos da democracia ao pregarem o caos como discurso

Guto Alves

Se há uma certeza ao zapear pelos diversos serviços de streamings que agora povoam nossa programação no lugar da grade televisiva, é a de que o público se interessa, cada vez mais, por séries do gênero true crime. Seja ficção ou documentário. O gênero tomou conta do catálogo de diversos serviços por assinatura, e o que não falta no Brasil é inspiração.

A maior delas, nos últimos anos, pode-se dizer, é o bolsona-

rismo. Trata-se um thriller político que conta com ardilosos jogos de poder e uma máquina de ódio e desinformação. É esse true crime que inspira a minissérie documental “Extremistas.BR”, produzida pela Globoplay, que se infiltrou no submundo da extrema-direita por dois anos, até os eventos centrais de 8 de janeiro.

O diretor da série, Caio Cavachini, aborda a fundo o negacionismo como propaganda política, o armamentismo, o aparelhamento violento das igrejas neopentecostais e a engenharia de algoritmos que alavancou o discurso de

ódio nas redes de disseminação de notícias falsas. Além da estrutura que se desvela, que financia e produz toda a rede do ódio que impulsionou Bolsonaro desde 2018, o documentário traça um perfil triste dos que mordem a isca e perdem a vida para a automação bolsonarista-militarizada. Não são as vítimas, é claro, mas o efeito da captura é devastador.

Uma senhora, que é fio condutor de parte da narrativa e permitiu que as câmeras a acompanhassem até mesmo no acampamento em frente ao QG do Exército em Brasília, chegou a se fantasiar da

ministra do STF, Carmen Lucia. Tudo para “manifestar contra o Supremo” na Av. Paulista, em São Paulo. Ali, proferiu impropérios: “você vai virar comida de chinês”.

Não escapou a ela nem quem passava apenas, ou a criticava. Em dado momento, já no acampamento, em janeiro deste ano, avisa ao cinegrafista: “Se você não tiver acompanhado comigo, você vai apanhar, porque o pessoal hoje está para a guerra, viu?”.

Em uma das cenas mais impressionantes, para quem analisa o fenômeno à luz dos estudos sociais, ela se descreve ao fazer uma crítica social. Fala da tristeza de ver pessoas aprisionadas por um sistema político que captura mentes e transforma as pessoas em robôs. E, explica, por isso mesmo, ela aposentou a televisão. Só assiste a canais no YouTube. Para mostrar erudição, cita criminosos como Rodrigo Constantino, Allan dos Santos e, especialmente, Bárbara Estefani, conhecida como “Te Atualizei”. Todos tiveram perfis derrubados por incitar o golpe e promover a mentira. A senhora obviamente se referia a militantes da esquerda, atacados o tempo todo em sua luta contra o “comunismo brasileiro”. Mas descrevia a si mesma.

Outro ponto alto da produção é a interação entre uma infiltrada nos grupos de extrema-direita que conseguiu chegar ao “alto escalão” do golpismo, com a personagem de codinome Cecília. Esta era uma conta falsa que criou para se embrenhar pelos porões do gabinete do ódio.

A infiltrada chegou a trocar mensagens com Allan dos Santos, um dos mentores do golpismo. Cecília testemunhou nos grupos em que fez parte (ela já foi descoberta e não existe mais) como se davam as reuniões para incentivar atos golpistas e pautas antidemocráticas, como a negação da eleição de Lula, a ideia de

fraude eleitoral e os pedidos de intervenção militar. Tudo resultaria em um golpe de Estado.

Em depoimentos anônimos, operadores da máquina extremista deram testemunhos à equipe do documentário, detalhando mecanismos de operação do famoso Gabinete do Ódio, com histórias de quem se mantém oculto no front digital.

Um deles explica como fez da desinformação meio de vida, ao produzir notícias falsas e promover destruição de reputações e instituições, a exemplo do que aconteceu com o então candidato do PT à Presidência Fernando Haddad, em 2018. O petista foi vítima da absurda história das mamadeiras com bico em formato de pênis.

Tudo vinha de baixo, mas era endossado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que financiava e monetizou uma verdadeira indústria. “A gente trabalha o ódio, narrativa de ódio”, diz um dos entrevistados, que não é identificado. “Cada vez menos espaço para o debate real”. O resultado de toda essa massa de bolo que cresceu ao longo dos anos, o Brasil viu em 8 de janeiro, quando extremistas destruíram as sedes dos três poderes, em Brasília, na tentativa de um golpe.

“Extremistas.BR” também teve especialistas e cientistas sociais para buscar entender e mostrar como o extremismo tomou conta da direita brasileira. São pesquisadores que se dedicam a estudar e monitorar o comportamento de manada.

Nos episódios, também surgem personagens em primeiro plano conhecidos, como Sarah Winter, que explica as razões de ter se afastado do bolsonarismo, mas mantém sua radicalização à direita. E também o deputado André Janones (Avante-MG), que explica sua tática de guerrilha nas últimas eleições para fazer frente ao forte esquema guiado e finan-

ciado pelos bolsonaristas. Ele avalia que isso foi fundamental no trabalho da campanha do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

O trabalho de contraponto também é destaque. Além de Janones, os donos do perfil Sleep Giants Brasil foram entrevistados pelo documentário. Eles criaram o projeto de forma anônima para combater a monetização de canais e emissoras que patrocinavam o golpismo bolsonarista, como a Jovem Pan, Rodrigo Constantino, o falecido Olavo de Carvalho, o apresentador Sikêra Junior, dentre outros nomes perigosos.

Os dois foram perseguidos e tiveram suas identidades reveladas. Ao conseguirem engajamento suficiente para retirada de patrocínio e queda da monetização de alguns canais no YouTube, a dupla incomodou gente grande.

Longe de ser definitiva, a produção é um começo no rastro a ser perseguido para investigar e estudar o que aconteceu e ainda segue em curso no Brasil, a exemplo de outros países em que a extrema-direita tem dominado o uso de ferramentas eletrônicas de forma criminosa.

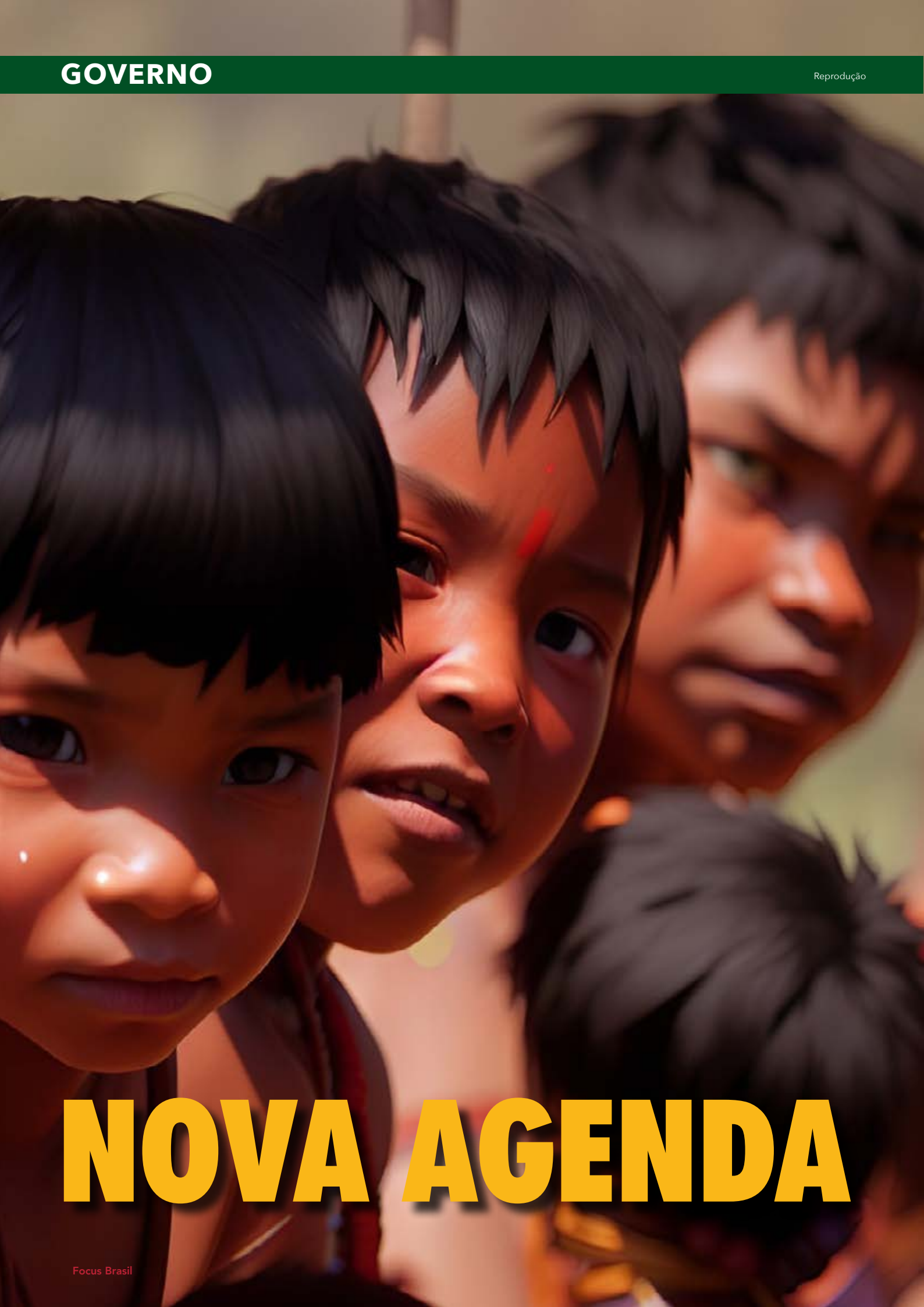
No caso específico do Brasil, temos o agravante da promoção das Forças Armadas e Polícias Militares como agentes políticos ou a serviço da política e a instrumentalização moral promovida pela religião. A imersão de “Extremistas.BR” apresenta a organização, a forma e alguns nomes, alertando para o risco. Não podemos nos esquecer que o buraco pode ser sempre mais fundo. A inteligência artificial está aí, chegou para ficar e pode aprofundar a crise se não for tratada com seriedade. •

"Extremistas.BR"

Onde assistir: Globoplay

Direção: Caio Cavechini

Roteiro: Caio Cavechini, Carol Pires, Carlos Juliano Barros



NOVA AGENDA

Lula promove guinada nas políticas ambiental e indígena e mostra ao planeta que o passado de destruição na Amazônia é página virada. Alemanha anuncia doação de R\$ 1 bilhão para ações na região, enquanto o governo estrangula o garimpo ilegal na área ianomâmi. STF investiga Bolsonaro por genocídio

Ricardo Stuckert



COOPERAÇÃO Lula recebeu o primeiro-ministro da Alemanha, Olaf Scholz, que o saudou pelo novo momento vivido pelo Brasil: "Vocês fizeram falta"

Na última segunda-feira, 30, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu a visita do chanceler alemão, Olaf Scholz, na primeira visita de um chefe de governo estrangeiro ao Brasil da Esperança, que ressurgiu depois da derrota de Jair Bolsonaro nas urnas, em outubro de 2022. A Alemanha anunciou a doação de mais de R\$ 1 bilhão para projetos ambientais no Brasil e parte dos recursos será destinada pelo Palácio do Planalto para a crise humanitária na Terra Indígena Ianomâmi.

O Brasil vive ainda os efeitos da gestão Bolsonaro nas políticas ambiental e indígena, que Lula está empenhado em mudar radicalmente. Enquanto o país recebe investimentos para o Fundo da Amazônia, o governo anunciou novas ações emergenciais para reverter o quadro dra-

mático do povo ianomâmi, que vive em área que engloba parte de Roraima e também terras na Venezuela. E Lula anunciou ainda medidas para estrangular as atividades econômicas ilegais,

como o garimpo, nas terras indígenas. A Aeronáutica foi autorizada a abater aviões do garimpo.

Os fatos ocorreram na mesma semana em que o Supremo Tribunal Federal incluiu o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras autoridades em uma investigação que apura crimes de genocídio contra a comunidade ianomâmi. A decisão foi tomada pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator dos casos relacionados aos povos indígenas no STF. Ele ainda ordenou a expulsão definitiva de todos os garimpos ilegais das terras ianomâmi. Entre os investigados estão a senadora Damares Alves, ex-ministra dos Direitos Humanos, e Franklimberg Ribeiro de Freitas e Marcelo Augusto Xavier da Silva, ex-presidentes da Funai.

No encontro no Planalto, Scholz encheu a bola do presidente Lula. "Estamos muito felizes pelo Brasil estar de volta à

PT QUER INVESTIGAR A EX-MINISTRA DAMARES ALVES E EX-PRESIDENTES DA FUNAI PELO GENOCÍDIO DOS IANOMÂMI

cena mundial”, comentou. “Vocês fizeram falta”. Brasil e Alemanha anunciaram um trabalho de cooperação mútua na proteção ambiental, na construção de um modelo econômico que promova a justiça social e a retomada das negociações em torno do acordo comercial entre União Europeia e Mercosul.

“É uma notícia muito boa para o nosso planeta a de que o presidente Lula está empenhado em combater as mudanças climáticas, proteger a Amazônia e acabar com o desmatamento”, disse o primeiro-ministro da Alemanha. No mesmo dia da reunião com Scholz, Lula assinou decreto dando poderes aos ministérios da Defesa e da Saúde para socorrer os indígenas e acabar com o garimpo ilegal em suas terras.

Os 200 milhões de euros doados pela Alemanha representam um voto de confiança da Europa no novo Brasil que ressurgiu com Lula no cenário internacional. O dinheiro será dividido entre diferentes iniciativas, como a proteção da Amazônia, o desenvolvimento dos estados que abrigam a floresta e projetos de uso de energias renováveis na indústria e no setor de transportes.

Lula lembrou que a responsabilidade de Bolsonaro pelo grave quadro de desnutrição entre os povos indígenas, vítimas do garimpo ilegal e de outras atividades predatórias em suas terras na Amazônia. “A verdade é que tivemos um governo que poderia ser tratado como genocida”, denunciou. “Ele fazia propaganda para as pessoas invadirem [as terras indígenas] com garimpo”.

“O governo brasileiro vai acabar com garimpo em qualquer terra indígena a partir de agora”, anunciou Lula. “O Brasil vai voltar a ser um país sério, respeitado e que respeita a Constituição, as leis e, sobretudo, os seres humanos”.

Antônio Alvarado



SOS IANOMÂMI Nas últimas semanas, equipes do governo federal atuam para a retirada de doentes das aldeias indígenas para tratamento de saúde

OMISSÃO CRIMINOSA

Relatório do Ministério dos Direitos Humanos aponta que Damares Alves e outras autoridades cruzaram os braços. E tal negligência escalou crise humanitária

A responsabilidade direta de autoridades do governo Bolsonaro pela crise humanitária, que já rende processos contra o ex-presidente na Justiça Federal, no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, na Holanda, está clara e documentada.

[Relatório apresentado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania](#), na segunda, 30, mostra que a negligência e omissão de autoridades como a ex-ministra Damares Alves, ampliou a grave crise humanitária vivida pelo povo ianomâmi.

O ministro Sílvio Almeida aponta no documento 22 casos em que a antiga administração, incluindo a própria Damares, teria sido omissa em relação à violação de direitos dos indígenas em assuntos como saúde pública e segurança.

“O levantamento foi encaminhado ao Ministério da Justiça e

Segurança Pública a fim de que os fatos sejam investigados. A iniciativa também implicará na responsabilização de agentes que promoveram ações deliberadas contra a dignidade humana na gestão passada”, aponta.

Foram identificados pela equipe de Sílvio Almeida sete processos administrativos em que, mesmo diante de vários alertas sobre as violências sofridas pelo povo ianomâmi entre 2019 e 2022, com o envio de recomendações e pedidos da ONU, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, entre outras entidades, o ministério se eximiu de responsabilidade.

De acordo com o governo Lula, mesmo após os sucessivos alertas ao ministério comandado por Damares Alves para os prejuízos da invasão garimpeira à saúde, segurança e integridade física das comunidades ianomâmi e iecwana em medidas cautelares junto à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, a pasta se ausentou em audiência de 4 de junho de 2021. E ignorou o tema do garimpo, justificando sua atuação em prol das comunidades indígenas pela entrega de cestas básicas.

Outra prova da ação direta do governo Bolsonaro que resultou em mortes nas reservas indígenas foi o parecer positivo emitido por Damara Alves junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos ao Projeto de Lei 191/2020, que propunha a legalização da atividade de garimpo. O garimpo nas áreas indígenas é responsável direto pela crise humanitária.

Segundo o ministro da Justiça, Flávio Dino, há fortes indícios de "materialidade do crime de genocídio" que podem levar a penas de até 30 anos. Em 1948, a Organização das Nações Unidas definiu genocídio como "intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso".

Em 20 de janeiro, o Ministério da Saúde decretou estado de emergência por conta da crise humanitária constatada durante visita do presidente Lula a Boa Vista, em Roraima, estado onde vivem os ianomamis. Crianças, mulheres e idosos foram resgatados na aldeia e levados até a capital do estado para o tratamento de doenças como malária e os sinais críticos de desnutrição. •



Olimpio



OMS ALERTA O MUNDO: PANDEMIA NÃO ACABOU

Nações Unidas mantêm classificação de emergência global para a covid-19. Brasil começa a vacinação de reforço, depois das 700 mil mortes no governo Bolsonaro

Mais de mil dias depois da descoberta da doença, milhares de horas de noticiários e debates sobre a doença, prevenção e 15 milhões de pessoas mortas, a Organização Mundial da Saúde volta a advertir: a pandemia não acabou. A covid-19 ainda é uma emergência global. De acordo com a OMS, há pelo menos 3 bilhões de pessoas no planeta sem acesso a qualquer vacina contra a covid-19. Essas pessoas podem contrair o SARS-Cov-2 e desenvolver ainda a forma mais grave da doença, com possibilidade de

internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e o risco elevado de morte.

O alerta de Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, durante reunião do conselho executivo da entidade na segunda-feira, 30, destacou que a pandemia foi a mais letal em gerações. "Continuamos esperançosos de que, durante o ano, o mundo transite para uma nova fase em que reduziremos as hospitalizações e mortes ao nível mais baixo possível, e que os sistemas de saúde sejam capazes de administrar a

covid-19 de forma integrada e sustentável. A vacinação continuará a ser uma parte essencial da nossa abordagem”, afirmou.

Desde o início de dezembro de 2022, há registros do aumento de mortes no mundo. No Brasil, a média móvel de óbitos está em 1.315 registros diários. Medidas como vacinação em massa, ampliação de testagens, uso de antivirais e combate à desinformação continuam sendo estratégias para manter a situação sob controle.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência e a indicação de Nísia Trindade para o Ministério da Saúde, o enfrentamento da pandemia tomará o rumo da ciência e dos cuidados com a saúde pública. Como recomendava profissionais de saúde e comunidade científica desde 2020. Apesar dos alertas, foram ignorados sistematicamente pelo governo de Jair Bolsonaro.

Cientista social, Nísia Trindade se tornou em 2017 a primeira mandatária mulher da história da Fiocruz em 116 anos, um marco na história da instituição. À frente da Fiocruz, foi uma das principais responsáveis pelo acordo internacional que trouxe ao Brasil a fabricação da vacina AstraZeneca/Oxford durante a pandemia da covid-19.

A ministra já declarou que a nova gestão da pasta adotará uma política de “cuidado e construção coletiva”. Daí apontar que é fundamental o diálogo entre União, estados e municípios. A futura política nacional de imunização tem como primeira providência recompor estoques para planejar as ações.

A situação dos estoques de vacinas do ministério, tanto para o tratamento da covid-19 como de outras doenças, representa “risco real” de desabastecimento de alguns imunizantes, de acordo com o Ministério da Saúde.

O governo Bolsonaro perdeu

Reprodução/Ministério da Saúde



CONVENCIMENTO Ministra da Saúde, Nísia Trindade diz que a população brasileira precisa ser esclarecida para a importância da vacinação de doenças

370 mil doses da AstraZeneca, incineradas por causa do prazo de validade vencido. O estoque de vacinas Pfizer Baby pediátrica e CoronaVac está zerado, impedindo a vacinação de crianças até o momento. Além disso, o estoque de imunizantes bivalentes, para iniciar a estratégia de vacina de reforço, é insuficiente para garantir doses em quantidade suficiente para completar o esquema de cobertura.

Pesquisas indicam que a alta proteção contra casos graves de covid-19 conferida pelos imunizantes ocorre somente com esquema vacinal completo. No entanto, no Brasil, até janeiro de 2022, 54 milhões de pessoas ainda não tinham tomado a dose de reforço.

Em anúncio na terça-feira, 31 de janeiro, o Ministério da Saúde informou: “diante do cenário de baixas coberturas vacinais, desabastecimento, risco de epidemias de poliomielite e sarampo, além da queda de confiança nas vacinas, é importante ressaltar que para todas as estratégias de vacinação propostas, as ações de comunicação e de comprometimento da sociedade serão essenciais para que as campanhas tenham efeito”. Em nota, a pasta destaca: “A população precisa ser

esclarecida sobre a importância da vacinação e os riscos de adoecimento e morte das pessoas não vacinadas”.

“Estamos diante de um cenário de baixas coberturas. Foi atacada a confiança da nossa população nas vacinas. É fundamental retomar a rotina de vacinação para evitarmos epidemias de doenças, inclusive, aquelas já controladas”, destacou Nísia.

De acordo com o ministério, as etapas e fases foram organizadas de acordo com os estoques existentes, as novas encomendas realizadas e os compromissos de entregas assumidos pelos fabricantes das vacinas.

O cronograma de vacinação foi acertado com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), técnicos e especialistas da Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização (Ctai).

Além disso, já acordado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), e pode ser alterado, adiado ou sobreposto, caso o cenário de entregas seja modificado ou tão logo novos laboratórios tenham suas solicitações aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). •

O PT, O GOVERNO LULA E O CONGRESSO

A pauta agora é a reforma tributária, para reverter que a classe média e os pobres continuem a pagar mais impostos que os ricos, e a MP do Carf, para lidar com as dívidas de empresas com a União

Zeca Dirceu

A bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com os partidos aliados, terá papel fundamental na nova legislatura iniciada em



2 de fevereiro. Além da necessária construção da governabilidade para o sucesso do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o desafio principal é retomar o processo de transformações que leve à construção de um país mais justo, igualitário e com respeito ao meio ambiente, à soberania nacional e aos direitos sociais e trabalhistas.

A agenda primordial é a do crescimento da economia, com geração de emprego e renda, erradicação da fome e retomada de programas nas áreas de educação, saúde e moradia. Valorização do salário mínimo, com o aumento do poder de compra da população brasileira, e controle da inflação. Essas são ações cruciais para o povo. As políticas públicas a ser implementadas pelo governo federal em boa parte dependem de decisões do Congresso Nacional.

Duas agendas importantíssimas no parlamento: a reforma tributária, para acabar com o injusto sistema atual, no qual a classe média e os pobres pagam mais imposto do que os ricos, e a aprovação da Medida Provisória do

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a qual garante aos conselheiros representantes da Fazenda Nacional o desempate das votações a favor da União.

O Brasil tem pressa, depois do desastroso governo neofascista

que trouxe o caos nos últimos quatro anos. É preciso criar condições para pavimentar um caminho que melhore a vida do povo de maneira mais rápida e eficiente. No âmbito parlamentar, nossa federação, integrada pelo PT, PCdoB e PV, atuará de forma unida e firme, com presença nos espaços institucionais da Câmara, desde as comissões temáticas até a Mesa Diretora, com a presença da companheira Maria do Rosário (PT-RS) como titular da Segunda Secretária.

Na prática, o amplo apoio no parlamento já começou bem antes de Lula assumir, com a aprovação, em dezembro passado, da PEC do Bolsa Família - que abriu espaço fiscal e financeiro não só para o pagamento dos R\$ 600 do Bolsa Família, mas também para uma série de outras políticas públicas.

A despeito do desastroso legado econômico, social, ambiental e social do governo anterior, o Brasil, com Lula, começa a entrar no eixo, com credibilidade externa e ações para atrair investidores estrangeiros. Porém, é fundamental uma atuação firme dos poderes

constituídos na defesa da democracia e de suas instituições, não dando margem para qualquer ação de cunho golpista e fascista, garantindo a responsabilização de protagonistas e mentores de atos violentos e antidemocráticos.

Antes mesmo de chegarmos aos 30 dias depois dos atos terroristas de 8 de janeiro, protagonizados por setores inconformados com a derrota eleitoral em 2022 que promoveram tentativa de um golpe de Estado, nossa democracia mostrou sua força, com a abertura dos anos judiciário e legislativo, com as posses dos parlamentares e eleições para as mesas do Congresso.

Há confiança na capacidade de Lula de retomar o caminho do desenvolvimento econômico e social, da garantia de direitos e da defesa da nossa soberania e do patrimônio ambiental como a floresta amazônica. É um momento histórico no qual a bancada do PT coloca-se em sintonia fina com a vontade do povo brasileiro e com o governo de coalizão liderado pelo presidente Lula a fim de criar condições para implementar políticas públicas que permitam aos brasileiros e brasileiras melhores condições de vida e esperança no futuro.

A bancada do PT, ao lado do presidente Lula, está na trincheira para realizar as transformações necessárias para que o Brasil volte a ser feliz de novo. •

* Deputado federal pelo Paraná, é líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal.



NOVA AGENDA Ao lado de Esther Dweck e Aloizio Mercadante, Haddad detalhou a proposta de reforma

REFORMA TRIBUTÁRIA É PRIORIDADE

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad costura a pauta e espera aprovação da reforma pelo Congresso até abril. Acompanhado das ministras do Planejamento e da Gestão, Ele esteve reunido com empresários e banqueiros

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende obter até abril a aprovação de um novo projeto de reforma tributária no Congresso. Em encontros com líderes empresariais, ele sinalizou que tomará como base duas propostas de emenda constitucional que tramitam no Legislativo. Haddad avalia que o parlamento já tem condições de discutir uma reforma tributária que seja melhor para o país.

“A reforma tributária já podia ter sido votada e não foi. E pode ser votada agora porque o Congresso está maduro”, disse, em encontro com diretores da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo, dia 31.

“Os deputados e senadores estão tomando posse agora, mas há nas duas Casas um ambiente muito favorável e isso tem impacto muito forte no crescimento econômico para melhorar a vida das empresas, das indústrias, para dar mais transparência ao sistema tributário, para permitir que a gente avance no segundo semestre e discuta a regressividade do sistema tributário que penaliza as famílias mais pobres. Tudo isso está na agenda econômica do país”.

As PECs são a de número 45, do deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) e a 110, do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ambas foram apresentadas em 2019. A partir dos dois textos, Haddad

quer construir uma proposta de reforma, com a inclusão de medidas apontadas por diferentes setores econômicos. A estratégia de partir de PECs já apresentadas também tem por objetivo facilitar o diálogo com o Congresso.

Para obter um consenso que produza um texto único com as propostas que mais interessem ao governo Lula, Haddad tem dialogado com os setores produtivo e financeiro. Na semana passada, o ministro esteve reunido com a direção da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

À saída do encontro com os banqueiros, acompanhado das ministras Simone Tebet (Planejamento) e Esther Dweck (Gestão), Haddad anunciou que ambas

participarão da formulação do projeto, que passará ainda pelos crivos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Indústria e Comércio, também vice-presidente, Geraldo Alckmin.

Haddad tem defendido que a reforma deve ter como um dos princípios não elevar a carga tributária. Ao mesmo tempo, afirma que os trabalhadores devem pagar menos impostos e que os mais ricos devem pagar mais, notadamente pela tributação de fortunas e heranças. A combinação entre as duas medidas não deve ampliar a proporção de tributos em relação ao PIB, segundo a equipe econômica.

Ainda na Febraban, Haddad defendeu a volta do voto de qualidade ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). O voto de qualidade prevê que os conselheiros representantes da Fazenda Nacional, que presidem as turmas e câmaras do Carf, desempatem as votações de litígios tributários em favor da União. Desde 2020, no entanto, a legislação estabelecia que, em caso de empate, os contribuintes seriam os beneficiados.

“Eu gostaria de julgar meus próprios pares como todas as empresas estão fazendo hoje. Mas sinceramente, é uma vergonha o que está acontecendo no país. Não existe nenhum país do mundo com esse sistema de solução de litígio administrativo”, criticou. “Não tem como justificar uma coisa dessas. Não há nenhum país da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] com esse sistema. Não há país do G20 com esse sistema. É impossível o próprio contribuinte julgar um auto de infração como está acontecendo agora. Estamos falando de 20 ou 30 empresas que estão se beneficiando do empate para o contribuinte”.

Para Haddad, o que está aconte-

tecendo no Carf afronta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto. “Como é que um órgão administrativo pode reverter uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é um colegiado com 11 ministros? E alguém vem dizer que isso é normal?”, denunciou.

Ainda sobre a reforma tributária, Haddad defende a simplificação da estrutura tributária, o que está contemplado nas duas PECs que servirão de base para a reforma do governo. Ambas preveem substituição de diferentes tributos cobrados sobre consumo de bens e serviços por apenas um imposto.

Uma das principais diferenças entre as duas propostas é sobre a forma de partilha e alíquotas nos níveis federal, estadual e municipal. Além disso, a PEC 110 propõe a substituição de nove tributos, enquanto a PEC 45, de apenas cinco tributos. Nenhuma delas deve ser confundida com a ideia de imposto único a substituir todo e qualquer outro tributo. Isso está descartado.

O governo quer apresentar também uma nova regra para substituir o teto de gastos, com o objetivo de dar racionalidade à política fiscal. Haddad quer uma proposta para a chamada nova âncora fiscal a ser encaminhada ainda neste primeiro semestre.

“Vamos mandar uma nova regra fiscal para o Congresso. Isso já está contratado. Estamos dando tempo para a equipe econômica formular uma proposta. Isso vai dar segurança e previsibilidade para os agentes econômicos”, disse.

O ministro já declarou que essa âncora não pode ser concebida como medida isolada do conjunto da política econômica que o governo pretende implementar. A proposta só virá, contudo, após a definição da reforma tributária. •

MCMV E NOVO PAC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve apresentar nos cem dias de governo, um plano de investimentos públicos para garantir a volta da atividade econômica. A ideia é retomar obras paradas ou que estão em ritmo lento. O Planalto quer divulgar projetos a serem contratados, como novos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, além de construção de cisternas e aceleração dos serviços de manutenção de rodovias.

O plano de investimentos fará parte de um programa mais amplo de metas do governo, a ser comandado pela Casa Civil. A ideia é que o ministro Rui Costa e a secretária-executiva, Miriam Belchior, monitorem o andamento dos projetos prioritários. O governo quer lançar o plano de investimentos nos moldes do antigo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com metas de projetos a serem retomados ou contratados e também com as respectivas previsões de conclusão.

Ainda com o nome oficial em discussão, o novo PAC – como é chamado informalmente no governo – estará dentro de um programa maior de metas que incluirá outros temas além das obras de infraestrutura. Entre elas, combate à fome e à pobreza, redução da fila de cirurgias do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliação das bolsas de estudo.

A expansão dos investimentos públicos não depende de aval do Congresso. A única exceção é o Minha Casa, Minha Vida. Mas, como será por medida provisória, Lula pode. O programa já tem recursos reservados no Orçamento: R\$ 9,5 bilhões em 2023. •



EM DEFESA DO PAÍS Os 69 deputados e deputadas federais tomaram posse na quarta-feira, 1º de fevereiro

PT AMPLIA FORÇA NO CONGRESSO

Parlamentares eleitos em outubro tomaram posse na última semana. Na Câmara, bancada chega a 69 parlamentares e, no Senado, são nove integrantes da legenda de Lula. Partido integra as mesas diretoras das duas casas e ganha novos líderes

Onovo Congresso que saiu das urnas nas eleições de outubro tomou posse em 1º de fevereiro, estabelecendo uma ampliação das forças progressistas tanto na Câmara quanto no Senado. O PT não apenas cresceu no Congresso como terá papel relevante e direto no governo Lula. Na Câmara Alta, a bancada cresceu de sete para nove senadores, enquanto na outra casa legislativa o salto foi de 54 para 69 parlamentares.

A disputa pela direção do Congresso foi marcada pelo embate entre democratas e radicais bolsonaristas no Senado. O congressista

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) foi reconduzido à Presidência do Senado, eleito por 49 votos, derrotando o bolsonarista Rogério Marinho (PP-RN), que obteve 32 votos. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) assumiu a primeira-secretaria.

Foram 17 votos a mais em favor da democracia, da estabilidade política e da reconstrução do Brasil, e contra o retrocesso representado pelo bolsonarista, ex-ministro do Desenvolvimento Regional de Jair Bol-

sonaro. A eleição foi realizada logo após a posse de 27 senadores, entre eles quatro do PT.

A vitória foi celebrada pela bancada. "Parabéns pela vitória e reeleição como presidente do Senado Federal e do Congresso

Nacional, Rodrigo Pacheco. Seu compromisso com a democracia, com a política como marco civilizatório e com as urgências da população unirão o Parlamento", afirmou o novo líder do PT, Fabiano Contarato (ES).

69

é o número de deputados federais que integram a bancada do PT na Câmara. Na legislatura anterior, eram 54 parlamentares. No Senado, a bancada saltou de sete para nove

Outros colegas de bancada reforçaram a posição de Contarato. “A vitória de Pacheco mostra que a vontade da maioria dos senadores é pela retomada do debate democrático dentro de valores civilizados, de respeito ao próximo, de respeito à opinião dos outros, sem o vandalismo que muitas vezes foi estimulado por mensagens dadas durante o outro governo”, apontou o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). “Divergir é a alma da democracia, não saber tratar a divergência é a derrota da democracia”, concluiu.

A bancada do PT foi fortalecida com a posse da senadora Teresa Leitão (PE) e dos senadores Beto Faro (PA), Camilo Santana (CE) e Wellington Dias (PI). Os dois últimos, ministros da Educação e do Desenvolvimento Social, respectivamente, se licenciaram e voltaram à Esplanada dos Ministérios após a eleição da mesa. Em seus lugares assumiram as suplentes Augusta de Brito (PT-CE) e Jussara Lima (PSD-PI), que anunciou a filiação ao PT. A bancada conta ainda com Paulo Paim (RS) e Humberto Costa (PE).

Tanto no Senado quanto na Câmara, as bancadas do PT, juntamente com os outros partidos aliados, têm pela frente o desafio de aprovar as propostas necessárias para atender aos interesses da população, de acordo com as prioridades alinhadas com o governo Lula, seja na economia e na área social. Daí a importância da atuação parlamentar e da formação de uma base sólida de apoio à nova gestão federal para viabilizar a reconstrução do país.

Depois de um recesso com movimento incomum no Congresso, que se reuniu logo após o ataque à democracia para aprovar o decreto de intervenção na área de segurança pública do Distrito Federal, encerrada na terça, 31, a 57ª Legislatura começou pela Câmara,

que empossou os 513 deputados e deputadas federais eleitas em 3 de outubro.

A eleição da Mesa Diretora da Casa reconduziu o deputado Arthur Lira (PP-AL) ao cargo com votação recorde: 464 votos, contra 21 de Chico Alencar (PSOL-RJ) e 19 de Marcel Van Hattem (Novo-RS). Os 464 votos de Lira superam com sobra o recorde anterior na eleição para o comando da casa: Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), presidente em 1991 e 1992, e João Paulo (PT-SP), 2003 e 2004. Ambos detinham até então as vitórias mais folgadas, eleitos com o apoio de 434 parlamentares.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) foi eleita, com 371 votos, para comandar a 2ª Secretaria da Câmara no biênio 2023/2024. Ela foi indicada pelo PT e a Federação Brasil da Esperança para a mesa e se comprometeu a viabilizar o projeto de reconstrução encabeçado por Lula. “É através da pacificação que vamos garantir a governabilidade e construir um Brasil mais justo”, discursou. Ela é a única mulher com assento na mesa.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), manifestou esperança no fortalecimento de alianças para reconstruir o Brasil. Ele garantiu que vai atuar para fortalecer o parlamento e dar sustentação a Lula. “É um governo que tem o compromisso de criar políticas que permitam a retomada do crescimento econômico, reduza as desigualdades sociais e fortaleça a democracia”, disse.

O novo líder do PT na Câmara é o deputado Zeca Dirceu (PR). Ele tomou posse destacando que a nova legislatura é um dia de festa para democracia. “Hoje estamos assumindo por mais quatro anos o compromisso com o Brasil”, afirmou. O esforço é construir a governabilidade necessária para o governo Lula atuar na retomada das transformações que o país precisa. •

NA MENSAGEM AO CONGRESSO, LULA PROPÕE DIÁLOGO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou na quinta-feira, 2, Mensagem ao Congresso, entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e lida na sessão solene de abertura do ano legislativo pelo deputado Luciano Bivar (União-PE).

Lula reafirma que a reconstrução do Brasil exige o compromisso do governo federal com a geração de emprego e renda, assim como a retomada do investimento público.

Daí que ele manifesta confiança no diálogo, parceria e confiança mútua, assim como aposta que a união dos esforços para reconstruir o Brasil irá mover as relações entre o Executivo e o Legislativo nos próximos quatro anos.

Na mensagem, o presidente lembra que o Congresso deu duas demonstrações de compromisso com o povo, com a aprovação da PEC do Bolsa Família, que excluiu do teto de gastos os R\$ 145 bilhões necessários para o pagamento do novo benefício. E com a reação firme e determinada aos atos terroristas de 8 de janeiro. “O Senado Federal e a Câmara dos Deputados se levantaram contra a barbárie cometida pela tentativa de golpe”, disse.

Lula ainda reafirma no documento o seu compromisso na defesa e no fortalecimento da democracia brasileira, dando resposta legal às tentativas de terrorismo e de violência. E reitera sua convicção na rejeição da violência pelo povo brasileiro, que deseja sim “estudar, trabalhar, cuidar da família e ser feliz”. •



ORGANIZAÇÃO Lula e sindicalistas de todo o Brasil criaram um partido que transformaria a vida do Brasil

PT NASCE DA LUTA DO POVO

Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, sindicalistas e militantes se reuniam para fundar o partido que mudaria para sempre a história do Brasil e da América Latina

Nos estertores da ditadura militar, um grupo de sindicalistas, intelectuais, ativistas das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e militantes de organizações de esquerda deram início a um movimento que mudaria radicalmente o panorama político no Brasil, na América Latina e no mundo. Em 10 de fevereiro de 1980, o manifesto do Partido dos Trabalhadores era aprovado na reunião de fundação da legenda no auditório do Colégio Sion, em São Paulo.

O PT nascia como um novo marco na luta pela democracia e por dias melhores para o povo brasileiro. À frente do movimento, estava o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim como dirigentes sindicais como Olívio Dutra e Jacó Bittar, além de figuras históricas da esquerda brasileira, como Apolônio de Carvalho, ex-dirigente comunista que lutou contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa, na 2ª Guerra Mundial.

O manifesto mostra o grau de compromisso da nova legenda

com dias melhores para o povo brasileiro: “o PT surge da necessidade sentida por milhões de trabalhadores brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”. A legenda ainda se propõe a mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo não apenas nos períodos eleitorais e organizá-los para “construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

Ali, em 1980, o Partido dos Trabalhadores nascia como a primeira legenda organizada após a

reforma partidária que extinguiu o MDB e a Arena. A criação do PT surpreendeu a ditadura, que não contava com um partido de esquerda nascido de bases populares. E também surpreendeu setores da oposição que defendiam a formação de um partido social-democrata ou a permanência da esquerda no então PMDB.

O partido foi fruto da aproximação entre os movimentos sindicais da região do ABC, que organizaram grandes greves entre 1978 e 1980, e militantes antigos da esquerda brasileira, entre eles ex-presos políticos e exilados que tiveram seus direitos devolvidos pela Lei da Anistia, de 1979. Desde a fundação, o partido assumiu a defesa do socialismo democrático.

Como principal líder do PT, Lula vinha do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que presidia e desde 1978 desafiava a ditadura à frente de grandes greves dos operários, que chacoalhou o regime militar. Figuravam entre os fundadores, intelectuais como o crítico de arte Mário Pedrosa, o crítico literário Antonio Candido e o historiador Sérgio Buarque de Hollanda, historicamente ligados à luta pelo socialismo no país.

A criação do PT vinha sendo discutida desde outubro de 1978, quando Lula lançou a tese no 3º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, em Guarujá (SP). Na época, ele argumentava que os trabalhadores precisavam eleger seus próprios representantes no Congresso Nacional.

Em 13 de outubro de 1979, foi eleita a Comissão Nacional provisória do Movimento Pró-PT, coordenada por Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (SP). Dirigentes sindicais como o bancário gaúcho Olívio Dutra, o sem-terra maranhense Manoel da Conceição e o líder dos professores mineiro Luiz Dulci eram maioria na comissão. •

Arquivo Memorial da Democracia



REGISTRO Ao lado de outros fundadores, Lula posa para foto na sede do TSE depois de fazer o registro do novo partido perante a Justiça Eleitoral

PARTIDO LEGALIZADO EM 1982

Em apenas dois anos, legenda se organizou e passou a ser reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Naquele ano, PT ganhou a prefeitura de Diadema

Nascido em 1980, o PT só obteve seu registro oficial junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 1982. Naquele mesmo ano, o PT elegeu seu primeiro representante para um cargo do Poder Executivo. Foi quando o partido conquistou a prefeitura de Diadema (SP), com Gilson Menezes. Desde então, o partido nunca deixou de crescer.

Nos anos seguintes, a militância do PT teve relevante participação decisiva no movimento das "Diretas, Já", ganhando as praças e ruas das principais cidades do país, lutando pelo retorno das eleições diretas para a Presidência da República, que só viria a conquistar em 1989, quando Lula chega a disputar o segundo turno, perdendo a corrida para Fernando Collor de Mello (PRN).

Antes, na disputa eleitoral de 1986, o partido conseguiu eleger 16 deputados federais, incluindo Lula, que obtivera nas urnas, naquele ano, a maior votação do país. A bancada foi decisiva para promover avanços na Assembleia Nacional Constituinte, responsável por redigir a Constituição de 1988. O PT assinou a nova

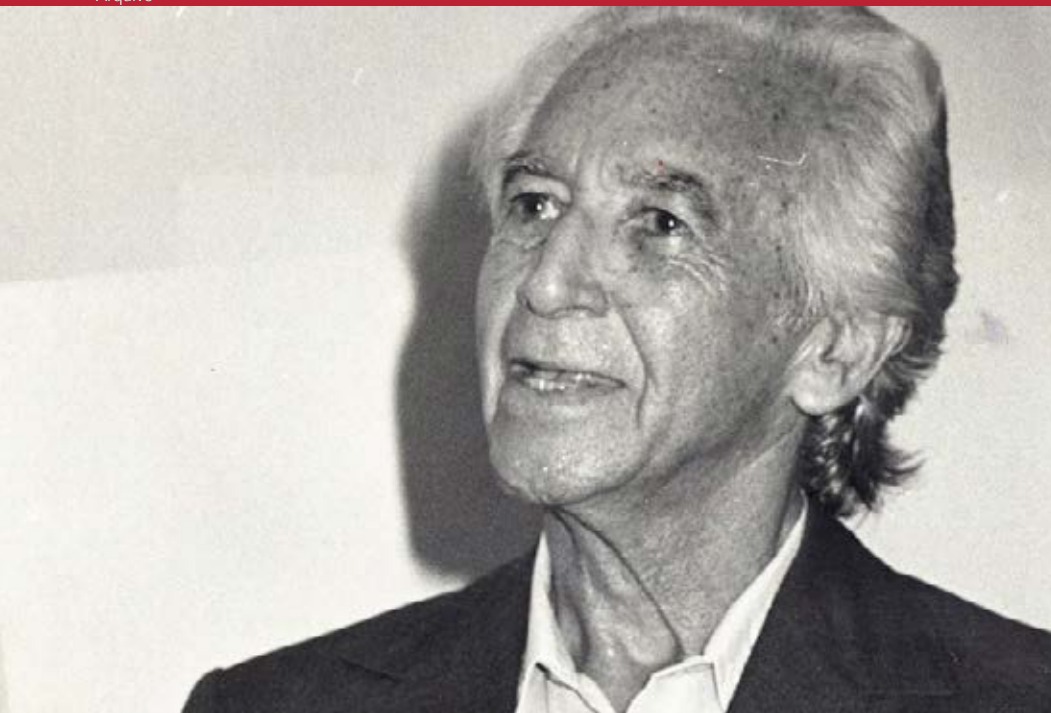
Constituição, visando legitimar o processo de elaboração constitucional, do qual havia participado ativamente.

Liderando a oposição a partir de 1990, o PT denunciou Fernando Collor que, em meio às turbulências, em pouco mais de dois anos, foi alvo de um processo de impeachment. Após deixar o governo, o vice Itamar Franco, assumiu o comando da Nação.

Em 1994 e 1998, dois pleitos seguintes, Lula voltaria a concorrer à Presidência, perdendo nas duas disputas para Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O tucano havia sido ministro da Fazenda de Itamar durante a implementação do plano de combate à hiperinflação e colheu nas urnas o resultado do sucesso da medida.

O PT manteve-se na oposição durante os dois mandatos de FHC. Sua atuação foi bastante incisiva, especialmente contra as privatizações realizadas na gestão tucana, tanto por razões ideológicas quanto por apontar possíveis irregularidades na condução desses processos. Lula só conquistaria o Palácio do Planalto em 2002. E aí, o PT mudou o Brasil. •

Arquivo



9 de fevereiro de 1912

NASCE EM CORUMBÁ APOLÔNIO DE CARVALHO

Em 9 de fevereiro de 1912, nasce em Corumbá, no então estado do Mato Grosso, Apolônio de Carvalho, militante comunista brasileiro, que participou de inúmeras lutas pela liberdade dos povos ao redor do mundo ao longo de sua vida. O militante comunista foi chamado de “um herói de três pátrias”, pelo escritor baiano, e é considerado um dos maiores nomes da luta internacionalista.

A trajetória de Apolônio inspirou o personagem Apolinário no livro “Subterrâneos da liberdade”, de Jorge Amado. Na obra, assim como Apolônio, o personagem Apolinário participou de três movimentos revolucionários: a Inten- tona Comunista (1935), a Guerra Civil espanhola (1936-1939) e a Resistência Francesa (1940-1944).

Em 1933, Apolônio ingressou na Escola Militar e tornou-se tenente do Exército. Entrou para a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reunia democratas, socialistas e comunistas contra os

avanços da extrema-direita. Em junho de 1935, a ANL foi declarada ilegal.

Apolônio foi preso pela primeira vez e perdeu a patente de tenente. Ao ser solto, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1937. Naquele mesmo ano, viaja para a Espanha, para lutar contra o ditador Francisco Franco na Guerra Civil espanhola.

Depois de ter lutado no movimento da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra, retorna ao Brasil, em 1946. Durante a ditadura militar, em 1969, foi preso e torturado.

Um ano depois, estava entre os 39 presos políticos que foram libertados após o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Exilado, Apolônio viveria com a família na Argélia e na França, onde permaneceu até a Anistia Política, em 1979. Viveu no Rio de Janeiro e faleceu em 2005.

9 de fevereiro de 1967

DITADURA CENSURA A IMPRENSA

Em meio à ditadura militar, em 9 de fevereiro de 1967, o governo Costa e Silva promulga a nova Lei de Imprensa, que estabelecia a censura prévia de espetáculos, cinema, rádio e televisão, além de agravar as penas de jornalistas condenados por suposta ofensa às autoridades.

A lei passou a considerar criminosa qualquer publicação que fizesse “propaganda de processos para subversão da ordem política e social”, com pena prevista de 1 a 4 anos de prisão. A ditadura proibiu, ainda, a circulação de livros, jornais e de outras publicações que “atentem contra a moral e os bons costumes”. As restrições se estendiam a títulos estrangeiros.

A partir da entrada em vigor da nova lei, os filmes nos cinemas e os programas a serem exibidos na televisão deveriam apresentar na tela, antes do início, uma autorização rubricada pelos censores de plantão. Entre outras medidas, no caso de decretação de Estado de Sítio, o governo poderia enviar agentes às redações de jornais e revistas e às emissoras de rádio e televisão para fazer a censura prévia do noticiário.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br



12 de fevereiro de 2005

DOROTHY STANG É MORTA A TIROS NO PARÁ

Numa estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros de Anapu (PA), a missionária católica Dorothy Mae Stang é assassinada com sete tiros, por defender os trabalhadores sem-terra. Os latifundiários Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão são apontados como os principais mandantes do crime.

Norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy chegou ao Brasil em 1966 e desde a década de 1970 atuava na região amazônica, mantendo intensa agenda de diálogo com líderes camponeses, políticas e religiosos, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra.

Em Anapu, a religiosa foi responsável pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sus-

tentável Esperança, modelo de assentamento e gestão que produzia uma fonte segura de renda com a colheita de madeira, sem destruir a floresta. A área era disputada por madeireiros e latifundiários, que encomendaram a morte da ativista.

Em 2022, foram registrados 35 assassinatos em conflitos no campo – um aumento de 75% em relação a 2020, quando foram registrados 20 assassinatos. Os dados constam do relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo o representante da Pastoral da Terra, padre Josep Plans, para além dos assassinatos, os quilombolas, indígenas e pequenos produtores rurais ainda são vítimas de humilhação, intimidação e ameaça de morte que, quando chega a acontecer, fica sem investigação ou punição.

11 de fevereiro de 1990

MANDELA GANHA A LIBERDADE

O ativista Nelson Mandela, principal líder do movimento antiapartheid na África do Sul, é libertado aos 71 anos, em 11 de fevereiro de 1990, após quase três décadas preso. Capturado em 1962 quando estava à frente da guerrilha armada contra o regime da minoria branca, Mandela fora condenado, dois anos depois, à prisão perpétua por sabotagem e traição.

A política de segregação racial – apartheid – foi oficialmente instaurada na África do Sul em 1948, pelo governo do Partido Nacional. Desde então, o país sofreu embargos e sanções econômicas impostas pela ONU e enfrentou intensos conflitos internos entre brancos e negros.

OUTRAS DATAS HISTÓRICAS

06/02/1912: Nasce em York, na Inglaterra, **Christopher Hill**, que se notabilizaria como historiador marxista.

04/02/1913: **Rosa Parks**, ativista norte-americana que lutaria pelos direitos civis da população negra nos anos 50, nasce em Tuskegee, no estado do Alabama.

03/02/1924: Nasce em Oxford, na Inglaterra, **Edward Palmer Thompson**, que viria a se tornar historiador marxista.

11/02/1982: Registro oficial do PT no TSE

11/02/2010: Brasil tem 64% a mais de universitários.



A FORÇA DA ARTE POPULAR

Projeto audiovisual da dupla de Além da Loucura, “Favela Vive 5” chega a sua quinta edição e tem a luxuosa participação da deputada e sambista Leci Brandão

Bia Abramo

O cenário no qual se desenrola “Favela Vale 5” nada tem de estetizado: uma câmera dura, parada, registra as lajes, as vielas, as quebradas, aqui e ali enfeitadas por bandeiras brasileiras. Sobre uma batida clássica do rap, um a um dos cinco artistas convidados vem dar seu recado, de pé, quase parados, e com os gestos de mão. Aquilo que cantam fala deles e das suas lutas, mas a protagonista real é o lugar onde estão, a favela.

“A tropa avança, favela/ F, família, A de aliança/ V de visão,

E de equidade/ L, lili, liberdade, A, um dia nós alcança”, dizem os versos de MC Marechal, um dos três rappers convidados pela dupla ADL (Além da Loucura), formada por D47 e Lord. Nascida nos morros pobres de Teresópolis, Rio de Janeiro, a dupla criou o projeto Favela Vive em 2016, que produz clipes com muito apuro visual e reúne gerações e estilos diferentes dentro do rap. Já participaram nomes como MV Bill, Edi Rock, Djonga, Negra Li e Kamila CDD. E, a cada lançamento, espera-se uma novidade.

Nas duas últimas edições, pode-se dizer que o projeto Favela Vive alcançou uma espécie de

status de manifesto político, que impressiona pela maturidade e transcende o público apenas do rap. Pelo impacto visual dos filmes, pela variedade de vozes & rimas e até por uma certa maturidade da linguagem, “Favela Vive 3” e “Favela Vive 4” tiveram enorme impacto à época de seu lançamento, com números expressivos de visualizações na plataforma do YouTube.

Neste ano, “Favela 5” promete repetir a trajetória, com já 2,3 milhões de visualizações em apenas uma semana. O clipe começa sem muitas delongas, com uma iluminação que sugere um início de manhã e final de tarde, com DK 47 em cima de uma laje: “Tem um

médico de plantão pra vinte e sete paciente/ Vinte e sete assessores pra apenas um deputado/ É o país dentro do buraco/ Tu vê o professor humilhado dentro da sala de aula por um salário de esmola". Ele recebe e cumprimenta Major RD: *"Rio de Janeiro fez eu aprender que se eu pisar onde eu não devo/ Eu morro com fama de traficante/ Menorzão ligeiro, pra minha mãe não ter que me enterrar/ No Ensino Médio, alegando que eu era um estudante".* E conclui: *"Favela, inimiga do Estado".*

Ambos partem num "cavalo" (moto) e a câmera sobe, de novo, para encontrar MC Hariel: *"Hoje o capeta tá falando: Deus acima de tudo/ Camburão pro seus capanga virou câmara de gás/ Quanto tempo faz? Todo é dia é 1 de abril/ Progresso ninguém viu, só mais uma fake news/ Que a ordem era acabar com a mamata do Brasil/ Em quatro ano, do que tava, só regrediu".*

As referências a temas do noticiário e das redes sociais em 2022 pipocam aqui e ali no clipe, como se vê pela citação de Lord ao influencer Luva de Pedreiro: *"Deviam tá brincando de bola, campeão brasileiro/ Moleque artilheiro, Luva de Pedreiro/ Mas parece que nós cai igual uma luva/ Um preto na pista, pra eles, uva, PM abusa".*

Gravado em 7 de novembro de 2022, logo depois das eleições presidenciais, o tom crítico do clipe vai ganhando fôlego à medida que se desenrolam seus quase 9 minutos de duração. Se no "Favela 4", as cenas de impacto de tiroteio na Rocinha antecedem o clipe, nesta edição é com a entrada do vozeirão de MC Marechal D que, digamos, o clima está armado.

Mas, agora, armado numa chave de esperança, termo que não costuma ser comum em letras de rap e aqui aparece na bonita formulação de Paulo Freire: *"Não sou o bala, eu tô mais pras mães/ Que*

pulam na frente e defende o filho adolescente que sente demais/ Quanto é diferente um pai que te aguarda de um pai com aguardente, é urgente/ Esperançar mais que só ter esperança".

Nas cenas finais com Marechal, reúnem-se pela primeira os quatro rappers para ouvir a sambista e deputada Leci Brandão. É, no entanto, no papel da ancestral, das mulheres mais velhas das comunidades negras que tantas vezes são evocadas nas letras de rap, mães e avós, lideranças religiosas

O CLIPE FOI GRAVADO EM 7 DE NOVEMBRO, DEPOIS DAS ELEIÇÕES, E TEM UM TOM CRÍTICO QUE EXIGE MUDANÇA DA REALIDADE DURA E SOFRIDA DO POVO

ou comunitárias, que Leci surge no "Favela Vive 5". Some a batida mais dura, entra um coro feminino e Leci dá o recado: *"O sistema sorri, favela chora, querem apagar nossa história/ Aos antepassados, glórias, glórias/ E atravessando as águas igual Harriet/ Cantaremos nossa vitória/ Porque a favela quer viver/ A favela quer viver/ Mas a burguesia não se importa".*

Em seu trecho, Leci é, claro, menciona Marielle Franco, morta por milicianos em 2018, mas

também cita Harriet Tubman, abolicionista norte-americana que, apesar de ter nascido escravizada, conseguiu fugir e resgatou várias pessoas escravizadas nos Estados Unidos do século 19.

Voz potente na cultura e na luta antirracista brasileiras, não é de hoje que a compositora de 78 anos tem relação com o rap – Leci tem uma música chamada "Pro Mano Brown" – uma vez que as cenas de samba e de rap, em São Paulo, são oriundas das mesmas periferias.

Nascida no Rio e mangueirense – ela foi uma das primeiras mulheres a integrar a ala de compositores da Mangueira –, Leci está radicada há muito anos em São Paulo, onde é deputada estadual pelo PCdoB e ativista dos direitos humanos e dos direitos LGBTQIA+.

A presença dela no "Favela Vale 5" confere um peso a mais ao projeto no sentido musical. Mesmo que não cante exatamente, a batida desce para a voz mais frágil acostumada às harmonias. Além disso, Leci faz uma ponte do rap com outras tradições na música de protesto brasileira.

Produtor da ADL, Thomaz TG Garcia contou à revista Rolling Stone: "Conheci a dona Leci em um café da manhã, onde estávamos eu e Marechal (...) gravar e produzir com uma pessoa como ela é histórico! Pioneira na música de protesto, primeira mulher a compor um samba de desfile da série A. Leci representa muito mais que o samba, ela é a síntese do grito brasileiro neste momento político cultural que passamos".

O mais interessante, no entanto, é acompanhar como um clipe ou rap tem a capacidade de refazer um sentido de comunidade, que se esfacela todos os dias com a violência, mas que pode se refazer também todos os dias pela cultura e pela arte. •

GLÓRIA MARIA, 73

Repórter e apresentadora da TV Globo por mais de 50 anos, a jornalista foi referência na mídia brasileira. Ela foi a primeira mulher negra a integrar uma equipe de reportagem do *Jornal Nacional* e virou uma referência na profissão

Glória, oh glória, dentro da cachoeira, jamais da cascata, Glória em cima de um camelo no deserto, Glória em cima de uma embarcação precária Vietnã adentro, Glória que vive, desvenda e traz o mundo para a gente simples do bairro, da vila, da cidade, da província. Glória pioneira em um país cuja narrativa sempre foi tão branquela”.

O parágrafo acima, de “O livro das mulheres extraordinárias” do jornalista e escritor Xico Sá, foi publicado em 2014, mas combina com muitas das reações que se viram pelas redes na quinta-feira, 2 de fevereiro, quando foi anunciada a morte de Glória Maria, aos 73 anos, vítima de câncer.

Repórter, apresentadora e comentarista, a história de Glória Maria se confunde com a do jornalismo televisivo brasileiro. Primeira repórter negra a entrar ao vivo no *Jornal Nacional*, Glória também apresentou o *Fantástico* por quase 10 anos, entre 1998 a 2007. Em 2010, voltou a se dedicar à reportagem no *Globo Repórter*.

Nascida no Rio de Janeiro, Glória Maria Matta da Silva estudou na faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio. Durante o curso, trabalhou como telefonista da Embratel. Nos anos 1970, foi trabalhar na Globo onde exerceu a função de radioescuta e, em seguida, de repórter. Ela trabalhou no *Jornal Hoje*, no *RJTV* e no *Bom Dia Rio*.

No principal telejornal do pa-

ís, foi a primeira repórter a aparecer ao vivo. Cobriu a posse de Jimmy Carter em Washington e, no Brasil, durante o período militar, entrevistou chefes de Estado, como o ex-presidente general João Baptista Figueiredo.

Deste último ícone da ditadura, levou uma daquelas patadas que o tornaram famoso: “Foi quando ele fez aquele discurso ‘eu prendo e arreben-to’ - para defender a abertura [1979]. Na hora, o filme acabou e não tínhamos conseguido gravar. Aí eu pedi: ‘Presidente, é a TV Globo, o *Jornal Nacional*, será que o senhor poderia repetir?’. ‘Problema seu, eu não vou repetir’, disse Figueiredo. O ex-presidente dizia para a segurança: ‘Não deixa aquela neguinha chegar perto de mim’”, relembrou a veterana repórter.

No *Fantástico*, além de apresentar o programa, fazia matérias especiais e chegou a realizar entrevistas com ícones da cultura pop, como Michael Jackson, Harrison Ford, Nicole Kidman, Leonardo Di Caprio, Freddie Mercury e Madonna. A jornalista cobriu a guerra das Malvinas (1982), os Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) e a Copa do Mundo na França (1998).

Para o *Fantástico*, Glória Maria correu o mundo por mais de 100 países, passando pela Europa, África e parte do Oriente, quando mostrou a realidade de cada nação ao telespectador. Nessas reportagens, fazia o perfil de repórter que não apenas registra, como participa de atividades esportivas ou de lazer.

Com presença marcante na

tela e muita segurança, Glória Maria tinha o carisma de uma celebridade e uma versatilidade notável. Nos anos 2010, fixou-se na equipe do *Globo Repórter*, onde continuou conduzindo reportagens ao redor do mundo, com algum elemento de aventura. Também apresentava eventos especiais no Rio, como a transmissão de shows de Revéillon, em Copacabana, e do Carnaval, no Sambódromo.

Por seu pioneirismo e projeção, tornou-se referência para mulheres negras, em especial as jornalistas. Ela revelou em 2020 que foi a primeira pessoa no Brasil a usar a Lei Afonso Arinos em episódio em que foi barrada num hotel por um gerente que disse que negro não podia entrar.

Estrangeiro, o funcionário do hotel foi expulso do Brasil, mas se livrou da acusação, pagando uma multa. A Lei Afonso Arinos, de 1951, tipificava a injúria racial, mas não como crime.

À época, declarou: “O difícil para mim agora é contar para as minhas filhas, explicar para elas o que é o racismo num momento em que elas estão assistindo a essas manifestações nos EUA e em vários países. Eu não sou muito otimista, mas eu acredito que um dia todo mundo vai ser visto como igual. Ninguém vai ser discriminado por causa da cor da pele”.

Glória Maria morreu em decorrência de um câncer, diagnosticado ainda em 2019. Ela deixa duas filhas adolescentes: Maria e Laura. •

O BRASIL PERDE ADRIANA DIAS

Antropóloga e cientista política, ela era ativista dos direitos humanos e revelou as ligações de Bolsonaro com o neonazismo

O país perdeu, no último domingo, 29, a antropóloga, cientista social e militante dos direitos das pessoas com deficiência Adriana Dias. Ela integrou o grupo de transição de direitos humanos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Adriana lutava contra um câncer.

Suas pesquisas colocaram o neonazismo como tema e revelaram a organização da extrema-direita no Brasil, identificando mais de 300 células espalhadas pelo Brasil. Em 2021, ela descobriu uma carta do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) publicada em sites neonazistas ainda em 2004. A descoberta foi publicada no Intercept Brasil. No ano passado, Adriana relatava que o número de células neonazistas no Brasil já ultrapassava 500 grupos.

Em entrevista para a *Deutsche Welle*, ainda em 2019, Adriana Dias alertava para o problema da radicalização política conservadora no país. "A sociedade brasileira está se nazificando", denunciou. "As pessoas que tinham a ideia de supremacia guardada em si viram o recrudescimento da direita e agora estão podendo falar do assunto com certa tranquilidade".

O ministro dos Direitos Hum

Arquivo pessoal



nos e Cidadania, Silvio Almeida, lamentou a morte da colega de academia. "Com pesar, recebemos a notícia do falecimento da nossa companheira Adriana Dias. Colaboradora do grupo de transição do governo Lula, Adriana foi figura importante na composição da nova gestão", disse.

Cientista, pesquisadora e doutora em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Adriana foi uma mulher com deficiência referencial. Feminista, integrou a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência e foi também coordenadora da Associação Vida e Justiça de Apoio às Vítimas da Covid-19.

O líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), disse que Adriana fez História no Brasil pela militância combativa, aglutinadora e corajosa em favor dos direitos humanos, das vítimas de Covid e das pessoas com deficiência e doenças raras. "Seu legado nos inspira gratidão e força", escreveu o parlamentar nas redes sociais.

O falecimento de Adriana Dias também repercutiu de forma significativa ao longo da última semana no meio acadêmico. Pesquisadores, também ativistas de direitos humanos, e colegas de Adriana de academia lamentaram a morte da antropóloga e pesquisadora, considerada uma pioneira. •

História do povo brasileiro História do povo brasileiro História do povo brasileiro

História *do povo brasileiro*

JOSELI NUNES MENDONÇA

Cenas da abolição

*Escravos e senhores no
Parlamento e na Justiça*



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores